

SLN — SOCIEDADE LUSA DE NEGÓCIOS, SGPS, S. A.

Relatório n.º 12-S/2007

Relatório e contas de 2006

Relatório do conselho de administração

Enquadramento económico

A economia mundial

As estimativas para o crescimento em volume da economia mundial apontam para um valor de 5%, medido em paridades de poder de compra, em linha com o valor verificado em 2005. A expansão das economias mais avançadas do mundo foi superior a 3%, acelerando do valor de 2,6% de 2005.

Se consideradas as taxas de câmbio na aferição do crescimento médio da economia mundial, o que atribui mais ponderação às economias mais desenvolvidas, a expansão económica no ano de 2006 processou-se a uma taxa de 3,8%, acelerando dos 3,4% do ano anterior.

O abrandamento da economia dos EUA para valores inferiores a 2,5% nos dois últimos trimestres de 2006, em consequência dos efeitos acumulados do aumento das taxas de juro pela Reserva Federal, foi compensado pelo dinamismo acrescido da União Europeia (2,9%) e pela expansão da economia japonesa.

Esta última, no 4.º trimestre de 2006 expandiu-se 1,2%, ou seja a uma taxa anualizada de 4,8%. A reaceleração do crescimento da economia mundial tem levado os bancos centrais a enveredar por uma política de subida gradual de taxas de juro, com vista a impedir um sobreaquecimento que leve ao ressurgimento de pressões inflacionistas.

Como tem sido uma constante no passado recente a expansão das economias emergentes e em desenvolvimento, onde pontificam as grandes economias asiáticas (China e a Índia), teve lugar a taxas muito elevadas (superiores a 7%), permitindo a continuação da convergência destas economias com as economias mais desenvolvidas.

Crescimento económico

	2004	2005	Previsões	
			2006	2007
Economia mundial	5,3	4,9	5,1	4,9
Economia avançadas	3,2	2,6	3,1	2,7
EUA	3,9	3,2	3,4	2,9
Zona euro	2,4	1,7	2,9	2,7
Japão	2,3	2,6	2,7	2,1
Economias emergentes	7,7	7,4	7,3	7,2

Fonte. — FMI, Comissão Europeia.

O processo de globalização marcado pelo aumento da integração, interdependência e especialização das economias mundiais continuou, tendo o volume do comércio mundial crescido 8,9% em 2006, depois de 7,4% em 2005, segundo dados do FMI.

Numa apreciação geral é possível dizer que a economia mundial goza de considerável dinamismo à entrada de 2007, o qual provavelmente se deverá prolongar durante a parte inicial do ano.

A economia europeia expandiu-se em 2006 acima do seu crescimento potencial de longo prazo surpreendendo pela positiva e mostrando uma capacidade sustentada de progredir apesar da subida das taxas de juro, dos preços do petróleo mais elevados do que em 2005 e do abrandamento da economia dos EUA.

As economias que compõem a União Europeia expandiram-se a 2,9% em 2006. Os países que já adoptaram o euro como moeda deverão ter fechado o ano com um crescimento de 2,7%, valor ligeiramente superior às previsões da Comissão Europeia realizadas em Novembro (2,6%) e claramente acima dos 1,7% verificados em 2005.

Este valor contrasta com a modesta previsão de crescimento de 2,9% para 2006 feita há um ano pela Comissão Europeia. É de salientar que se verificou igualmente uma redução das diferenças entre as taxas de crescimento dos diversos países.

O crescimento económico na União Europeia no ano de 2006 acabou por ser muito bom em consequência da recuperação da procura interna resultante da criação de três milhões de postos de traba-

lho, sendo que dois milhões o foram dentro da zona euro. A taxa de desemprego estrutural na zona euro caiu para 7,7%, o valor mais baixo numa década.

Embora os preços dos produtos energéticos tenham mantido a inflação acima dos 2% em 2006 (mais precisamente 2,2% na zona euro), o valor deverá cair para 2% em 2007 devido a um efeito menos acentuado do que o prevista da subida da taxa de IVA na Alemanha dos 16% para 19%.

O aumento da produtividade e a intensa competição de novos países com salários mais baixos têm moderado as perspectivas para a inflação.

Embora seja previsível a diminuição deste ritmo de crescimento em 2007, a revisão das previsões para a zona euro mais recentes (16 de Fevereiro) apontam já para um valor próximo de 2,4% em 2007 e de 2,7% na União Europeia. Para tal deverão contribuir o consumo privado e o investimento, bem como uma revisão em alta da envolvente externa.

	Zona euro				
	2003	2004	2005	Previsões	
				2006	2007
PIB	0,8	2,0	1,4	2,6	2,2
Consumo	1,2	1,5	1,4	2,0	2,1
Investimento	1,0	2,3	2,5	4,3	3,0
Taxa de desemprego	8,7	8,9	8,6	8,0	7,4
Inflação	2,1	2,1	2,2	2,2	1,9
Défice público (percentagem GDP)	-3,1	-2,8	-2,4	-2,0	-1,3
Dívida pública (percentagem GDP)	69,2	69,7	70,6	69,4	66,9
Saldo BTC (percentagem GDP)	0,5	0,8	0,0	-0,1	0,1

Fonte. — Comissão Europeia.

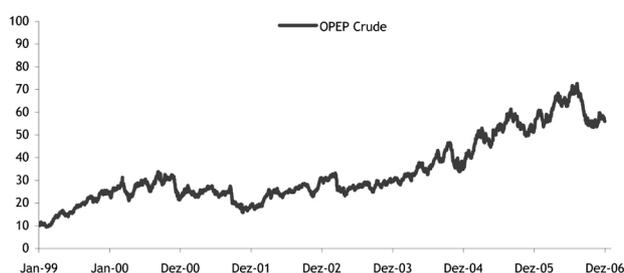
O ano de 2006 registou os preços do barril de petróleo mais elevados de sempre. O valor do cabaz de ramas dos países produtores que integram a OPEP atingiu o valor máximo de 72,64 dólares.

De referir que esta organização tem um novo estado membro em virtude do pedido de adesão de Angola, país que tem vindo gradualmente a transformar-se num dos maiores produtores de África, aproximando-se da Nigéria também membro da OPEP.

Depois do máximo atingido, o preço do barril de petróleo conheceu uma acentuada queda que o levou para baixo dos 55 dólares. Para além do aumento da capacidade de produção de petróleo em 2006, a queda ficou ainda a dever-se a condições meteorológicas favoráveis, as quais levaram ao desfazer de posições de investidores especulativos nos mercados de futuros que anteciparam uma repetição das interrupções de produção que, em 2005, se tinham verificado no Golfo do México durante a estação dos furacões. Acresce que um início de Inverno excepcionalmente ameno teve como efeito a redução da procura de petróleo para aquecimento fazendo aumentar os stocks existentes.

No início de 2007, o ressurgimento de tensões geopolíticas e a normalização do ciclo climático anual veio a ditar uma recuperação do preço do petróleo.

A subida dos preços dos produtos energéticos, juntamente com a subida dos preços dos metais e, mais recentemente, dos bens agrícolas não transformados, tem possibilitado uma melhoria acentuada dos saldos positivos das balanças de pagamentos das economias emergentes.



A economia portuguesa

Apesar de não existirem ainda dados relativos ao 4.º trimestre de 2006, a economia portuguesa deverá ter aumentado a sua taxa de crescimento para 1,2% ou, eventualmente, ligeiramente mais. As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2006) apontam para uma aceleração do crescimento económico para 1,8% em 2007 e 2,1% em 2008.

Estes valores marcam uma revisão em alta das previsões de crescimento económico em Portugal acompanhando as expectativas de melhoria do crescimento da zona euro, mas assinalam também um maior optimismo no aumento da capacidade concorrencial externa da economia portuguesa, respondendo melhor aos choques externos resultantes da entrada nos mercados mundiais de países com um padrão de especialização de exportações semelhante ao português e mais competitivos nas produções de baixo valor acrescentado.

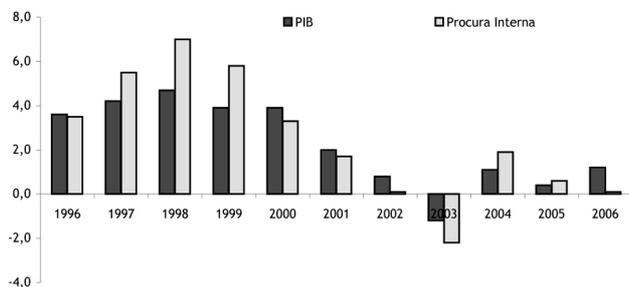
Portugal				
	2005	2006	Previsões	
			2007	2008
PIB	0,4	1,2	1,8	2,1
Consumo privado	1,7	1,2	1,5	1,7
Consumo público	1,9	-0,2	0,0	0,3
Formação bruta de capital fixo	-2,6	-3,1	0,0	3,9
Procura interna	0,6	0,1	1,1	1,9
Exportações	1,0	9,3	6,2	6,1
Importações	1,6	4,3	3,5	4,7
<hr/>				
Balanco corrente + balanço de capital (percentagem do PIB)	-8,1	-7,6	-7,3	-7,2
Inflação	2,1	3,0	2,3	2,4

Fonte. — Banco de Portugal.

O grande motor do crescimento económico português foi o sector externo, uma vez que a taxa de crescimento da procura interna desacelerou de 0,6% para 0,1% em 2006.

Da procura interna só o consumo privado teve um comportamento expansivo (1,2%), mas a queda do consumo público de 0,2% (em termos reais) e a persistente apatia do investimento, espelhada na queda de 3,1% da formação bruta de capital fixo (FBCF), não permitiram um desempenho melhor da procura interna.

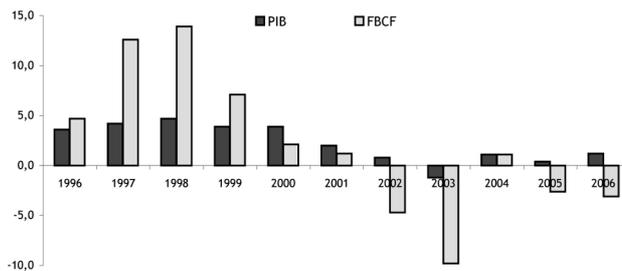
Em larga medida, este comportamento traduz a necessidade dos diversos agentes económicos portugueses responderem ao elevado nível de endividamento acumulado durante o período de expansão económica anterior.



No fim de 2006, a queda acumulada na FBCF atingia já os 19% desde 2002, uma vez que, durante este período, apenas em 2004 não foi este indicador negativo.

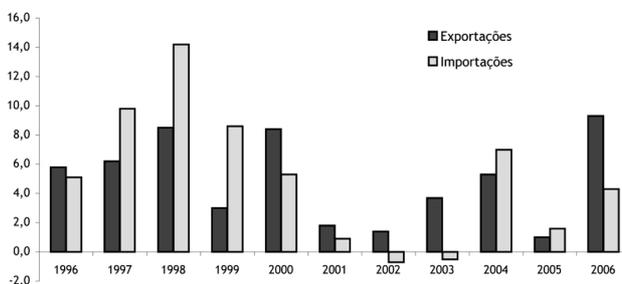
Este valor está em clara oposição à evolução do investimento na zona euro (4,3% em 2006) e, em particular, do investimento na indústria na zona euro onde se registou um crescimento de 7%, o valor mais elevado dos últimos sete anos.

Em 2007, a FBCF deverá inverter a tendência depressiva do período mencionado, mas só em 2008 é que o Banco de Portugal estima uma taxa de variação positiva (+ 3,9%) para o total do ano, refletindo evoluções positivas no investimento empresarial e no investimento dos particulares em habitação, uma vez que o investimento público deverá manter taxas de variação negativa até 2008.



As exportações, com um crescimento em volume de 9,3%, manifestaram um comportamento muito favorável reagindo positivamente ao aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, depois de sucessivos anos de perdas de quotas de mercado. Ao crescerem a um ritmo superior ao ritmo das importações (4,3%) permitiram uma ligeira melhoria do défice da balança comercial.

As previsões económicas vão agora no sentido da manutenção das quotas de mercado da economia portuguesa no comércio mundial, com o crescimento das exportações a acompanhar a dinâmica de crescimento do comércio mundial durante 2007.

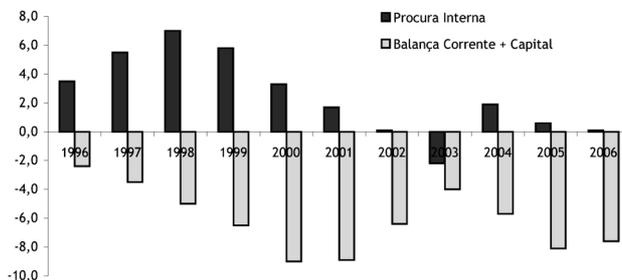


Segundo os dados mais recentes estima-se que em 2006, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, tenham aumentado para os 13,3 mil milhões de euros, mais 4,5% que os 12,7 mil milhões de euros de 2005.

Apesar da quase estabilização do défice da balança corrente nos 14,6 mil milhões de euros em 2006, a redução em 480 milhões de euros do excedente da balança de capital (saldo de entradas e saídas de investimento público e privado em Portugal), determinou este agravamento.

O valor atingido é superior a 8% do PIB e supera a estimativa de 7,6% feita pelo Banco de Portugal em Janeiro, mas a manterem-se válidas as projecções económicas deverá reduzir-se para níveis próximos dos 7% (7,3% em 2007 e 7,2% em 2008).

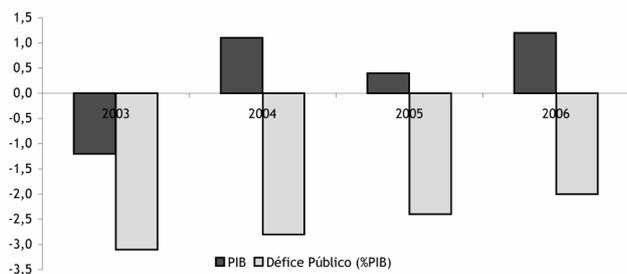
De referir que o nível do défice externo português está muito influenciado pelo elevado preço do petróleo e do gás natural, uma vez que o défice da balança de bens e serviços não energéticos era de 3,5% do PIB em 2006, prevendo-se que venha a baixar até 2008.



Finanças públicas

Embora ainda não estejam disponíveis dados finais em termos de contabilidade pública, é quase certo que o défice do sector público administrativo deverá ter sido inferior à meta de 4,6% estabelecido no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2006-2010.

Para além do aumento verificado na cobrança de impostos, a melhoria verificada em 2006 decorre também de uma redução do peso da despesa pública, em percentagem do PIB, invertendo uma tendência de crescimento contínuo e acentuado deste indicador.



A recuperação da actividade económica, as subidas de impostos verificadas em 2005 e a melhoria da capacidade da máquina fiscal na cobrança de impostos, traduziu-se num crescimento da receita fiscal do Estado de 7,2% em 2006. Enquanto isso, a despesa corrente primária (sem juros da dívida) aumentou em 2006 apenas 2,4%.

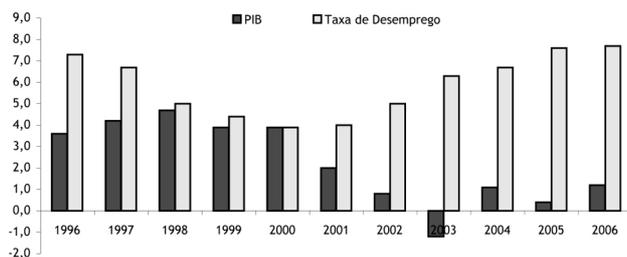
Para tal contribuíram as despesas orçamentais com o funcionalismo público que diminuíram 2,7% e as despesas com a aquisição de bens e serviços que também se reduziram em 3,6%. Comportamento inverso tiveram as transferências correntes para outras administrações públicas que aumentaram 6,5%. Por sua vez as despesas com os juros da dívida pública subiram 10,8%, em resultado do aumento quer das taxas de juro quer do *stock* de dívida. O défice do Estado na óptica de caixa foi de 7,40 mil milhões de euros, uma redução de 19,1% relativamente aos 9,14 mil milhões de 2005.

O envelhecimento da população portuguesa que se reflecte em compromissos de despesa pública crescentes com pouca discricionariedade levam a que seja necessário não abrandar os esforços de consolidação das contas públicas. Estes deverão prosseguir com diversas reformas, das quais destacamos as que se vão verificar ao nível da administração central do Estado (PRACE) e na segurança social com a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões e a integração da CGA no regime geral da segurança social.

Inflação e emprego

A taxa de inflação em Portugal medida pela variação média anual do IPC harmonizado atingiu 3,0% em 2006. Este valor foi influenciado pelo contributo dos bens energéticos, os quais acrescentaram cerca de 1% à taxa de inflação subjacente, durante os dois primeiros trimestres de 2006, e pelo efeito da subida da taxa de IVA de 19% para 21% em Julho de 2005.

O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a descer para 2,3% em 2007 e em 2,4% em 2008.



Em 2006, o crescimento económico ainda não foi suficientemente expressivo para permitir a redução do desemprego em Portugal. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego média em 2006 foi de 7,7%, aumentando ligeiramente em relação a 2005 onde foi de 7,6%.

Em termos de médias anuais, as maiores taxas de desemprego verificaram-se no Alentejo (9,2%), no Norte (8,9%) e na região de Lisboa, sendo estas as regiões do país onde a taxa de desemprego é superior à média nacional.

Como já referimos no passado, a experiência macroeconómica portuguesa indica que será necessário que a economia volte a crescer sustentadamente a um ritmo superior a 2% ao ano, para que a taxa de desemprego possa diminuir de forma significativa. Em consequência tem-se sentido um novo aumento do recurso à emigração pelos portugueses, embora para destinos diferentes dos tradicionais, tirando

partido das oportunidades geradas pelo crescimento económico internacional.

Evolução monetária e do sector bancário

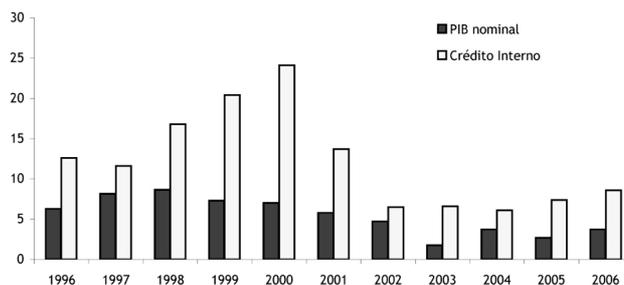
O crédito ao sector privado não monetário registou um crescimento de 8,6% em 2006 acelerando do valor de 7,4% verificado em 2005.

Este crescimento anual resultou da evolução dos empréstimos concedidos ao sector privado não financeiro que aumentou 8,8% (subida de 1,1% no valor da taxa de variação homóloga) e do aumento do crédito concedido a instituições financeiras não monetárias em 6,3% (mais 3,3% de taxa de variação homóloga).

Por sua vez, o aumento do crédito ao sector privado não financeiro decorreu tanto da aceleração da taxa de variação anual do crédito concedido a empresas não financeiras, o qual aumentou para 7,2% em 2006 (6,5% no ano anterior), como do aumento dos empréstimos concedidos a particulares em 9,9%.

No final de 2006, da análise do saldo vivo, ajustado de titularizações de créditos, dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras às entidades do sector privado não financeiro verificava-se que 42,0% se encontrava concedido a empresas; 47,3% estava aplicado em crédito a particulares para compra de habitação e os restantes 10,7% para crédito a consumo e outros fins.

Na mesma data, é de registar que, em virtude do aumento contínuo do crédito às famílias portuguesas, o valor dos depósitos que as mesmas tinham no sector bancário era já inferior em cerca de 23 mil milhões de euros ao valor dos empréstimos que lhe tinham sido concedidos pelo sector bancário.

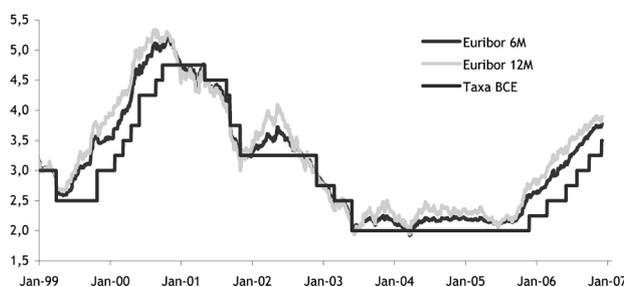


Taxas de juro

O BCE continuou a política de aumento gradual da taxa directora do eurosistema em 2006, depois de ter iniciado a subida da taxa de referência da zona euro em Dezembro do ano anterior.

Esta taxa foi elevada de 2,25% para 3,5% durante 2006, em cinco incrementos de 0,25%.

Em virtude da forte dinâmica da economia da zona euro, as expectativas do mercado vão agora no sentido da taxa do Eurosistema se vir a situar nos 4%, em meados de 2007.

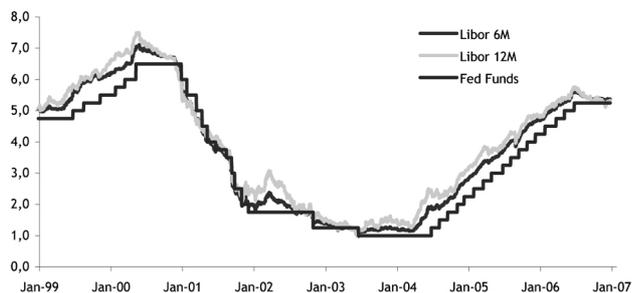


Nos EUA, a Reserva Federal prosseguiu a subida da sua taxa directora.

Esta foi aumentada em mais 1%, ao longo da primeira metade de 2006, de 4,25% para 5,25%, valor onde tem permanecido estabilizada desde 29 de Junho.

Com o subsequente abrandamento da taxa de crescimento da economia dos EUA, registada no 2.º semestre de 2006, os agentes econó-

micos antecipam agora que o próximo movimento da taxa directora seja de descida, embora a altura exacta do início da sua redução seja ainda objecto de discussão.



O ano de 2006 viu retomar-se a tendência de desvalorização do dólar norte-americano face ao euro.

Esta tendência, que começou em 2002, tinha sido brevemente interrompida durante 2005.

Com a paragem na subida das taxas pela Reserva Federal em meados de 2006, a subida do euro face ao dólar recomeçou, em virtude de se ter atenuado o diferencial de taxas de curto prazo que favorece a divisa dos EUA e de se manter o forte desequilíbrio das contas externas deste país.



Mais significativa terá sido a valorização do euro face ao iene o qual é provavelmente entre as maiores divisas mundiais, aquela que mais desvalorizada se encontra em termos de paridades de poder de compra.

Apesar do Banco do Japão ter acabado, durante 2006, com a política de cedência quantitativa de liquidez e de taxas de juro iguais a zero (ao subir a sua taxa de desconto para 0,25% em 14 de Julho), o iene continuou a desvalorizar face ao euro.

A expectativa que a subida de taxas pelo Banco do Japão seja muito gradual e para valores modestos tem encorajado alguns investidores a endividarem-se em ienes para fazer aplicações financeiras de cariz especulativo nos principais mercados mundiais.

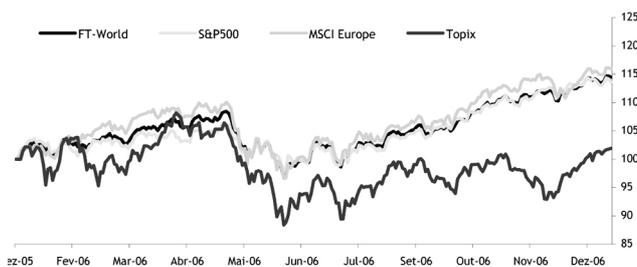
Mercados financeiros

O ano de 2006 voltou a ser positivo para os mercados accionistas mundiais, o que acontece pelo quarto ano consecutivo. Entre os três maiores blocos económicos só o Japão não registou uma valorização próxima dos 15%, em parte devido a uma pausa da muito significativa subida registada durante 2005.

Não obstante o comportamento favorável das bolsas registou-se uma correcção significativa das cotações das acções entre Maio e Junho. Esta queda temporária foi mais profunda nas bolsas dos mercados emergentes depois de fortes valorizações anteriores.

A paragem da subida das taxas de juro nos EUA, ocorrida em meados de Junho, veio a determinar o fim da correcção dos mercados accionistas mundiais permitindo que se iniciasse um novo ciclo de subida.

A bolsa portuguesa foi das que melhor comportamento teve em 2006 valorizando-se cerca de 30%. Para além do início da recuperação económica, o mercado beneficiou da actividade gerada por duas ofertas públicas de aquisição lançadas sobre as acções da Portugal Telecom e do Banco BPI.



Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado positivo do exercício, no montante de 36 721 647,86 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal — 1 836 082,39 euros;
Para reservas livres — 34 885 565,47 euros.

O resultado consolidado foi de 75 594 milhares de euros.

Lisboa, 5 de Abril de 2007. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

ANEXO I

Para efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, no exercício de 2006, era a seguinte:

José de Oliveira Costa, possuía, em 1 de Janeiro de 2006, 18 565 910 acções. Possuindo, em 31 de Dezembro de 2006, 18 515 910 acções.

Luís Carlos Oliveira Caprichoso não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

Francisco Gonçalves Sanches não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

Joaquim Manuel Nunes não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

José António Mendes Ribeiro não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

ANEXO II

Para efeitos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

SLN Valor, SGPS, L.^{da}

Lisboa, 5 de Abril de 2007. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal.

Balanco individual em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2006			2005
		Valor antes de impar. e amortiz.	Imparidade e amortiz.	Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		—	—	—	—
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	39 725	—	39 725	7 891
Activos financeiros detidos para negociação		—	—	—	—
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		—	—	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda		—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito	4	—	—	—	60 000
Crédito a clientes		—	—	—	—
Investimentos detidos até à maturidade		—	—	—	—
Activos com acordo de recompra		—	—	—	—
Derivados de cobertura		—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda		—	—	—	—
Propriedades de investimento		—	—	—	—
Outros activos tangíveis	5	488	312	176	238
Activos intangíveis	6	127	38	89	101
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	491 944	—	491 944	374 501
Activos por impostos correntes		418	—	418	369
Activos por impostos diferidos		—	—	—	—
Outros activos	8	281 507	—	281 507	288 386
<i>Total do activo</i>		814 209	350	813 859	731 486

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	2006	2005
		Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
Passivo:			
Recursos de bancos centrais		—	—
Passivos financeiros detidos para negociação		—	—
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		—	—
Recursos de outras instituições de crédito		—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos		—	—
Responsabilidades representadas por títulos		—	—
Passivos financeiros associados a activos transferidos		—	—
Derivados de cobertura	9	221	—
Provisões		—	—
Passivos por impostos correntes		—	—
Passivos por impostos diferidos		—	—
Instrumentos representativos de capital		—	—
Outros passivos subordinados	10	100 306	50 367
Outros passivos	11	1 284	5 572
<i>Total do passivo</i>		101 811	55 939
Capital próprio:			
Capital	12	470 925	470 925
Prémios de emissão	12	151 104	151 104
Outros instrumentos de capital		—	—
Acções próprias		—	—
Reservas de reavaliação	9, 12	(221)	—
Outras reservas e resultados transitados	12, 13	53 518	12 769
Resultado líquido		36 722	40 749
Dividendos antecipados		—	—
<i>Total do capital próprio</i>		712 048	675 547
<i>Total do passivo e do capital próprio</i>		813 859	731 486

Demonstração dos resultados individuais em 31 de Dezembro de 2006

(Em milhares de euros)

	Notas	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares		1 960	2 439
Juros e encargos similares		3 377	2 242
Margem financeira	14	(1 417)	197
Rendimentos de instrumentos de capital	15	29 000	44 218
Rendimentos de serviços e comissões		—	—
Encargos com serviços e comissões		—	—
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		—	—
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		—	—
Resultados de reavaliação cambial		—	—
Resultados de alienação de outros activos		—	—
Outros resultados de exploração	16	13 494	41
Produto da actividade		41 077	44 456
Custos com pessoal	17	1 194	1 234
Gastos gerais administrativos	18	3 027	2 391
Amortizações do exercício	6, 7	77	79
Custos operacionais		4 298	3 704
Provisões líquidas de reposições e anulações		—	—
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líq. de reposic. e anulações)		—	—
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		—	—
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		—	—
Resultado antes de imposto		36 779	40 752
Impostos:			
Correntes	19	57	3
Diferidos		—	—
Resultado após imposto		36 722	40 749
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		—	—
Resultado por acção (euros):			
Básico		0,08	0,09
Diluído		0,08	0,09

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2006

	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	1 960	2 124
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	—	—
Pagamento de juros e comissões	(3 438)	(2 281)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(4 073)	(3 174)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(7)	41
Recuperação de créditos incobráveis	—	—
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	(5 558)	(3 290)
(Aumentos) diminuições dos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	60 000	18 000
Activos financeiros detidos para negociação	—	—
Créditos a clientes	—	—
Activos ao justo valor por resultados	—	—
Derivados de cobertura	—	—
Activos não correntes detidos para venda	—	—
Outros activos	24 179	(31 607)
Fluxo dos activos operacionais	84 179	(13 607)

(Em milhares de euros)

	2006	2005
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	—	—
Recursos de instituições de crédito	—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação	—	—
Outros passivos	(4 073)	3 407
Fluxo dos passivos operacionais	(4 073)	3 407
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	74 548	(13 490)
Impostos pagos	(106)	(184)
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<u>74 442</u>	<u>(13 674)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	25 000	19 218
Aquisição de activos disponíveis para venda	—	—
Alienação de activos disponíveis para venda	—	—
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(1)	(7)
Vendas de activos tangíveis	—	—
Aquisições/alienações de propriedades de investimento	—	—
Investimentos em empresas filiais e associadas	(117 443)	(16)
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	<u>(92 444)</u>	<u>19 195</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Aumento de capital	—	—
Dividendos pagos	—	—
Emissão de dívida titulada e subordinada	49 836	470
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	—	—
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	—	—
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<u>49 836</u>	<u>470</u>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	31 834	5 991
Caixa e equivalentes no início do exercício	7 891	1 900
Caixa e equivalentes no fim do exercício	39 725	7 891

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Demonstração de alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2006

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de re-avaliação	Acções (quotas) próp.	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Capital próprio
Posição no início do período — 1 de Janeiro de 2005 (PCSB)	448 500	151 104	—	—	21 549	(819)	14 464	634 798
Aumentos de reservas e resultados transitados por aplicação dos resultados	—	—	—	—	13 645	819	(14 464)	—
Aumentos/reduções de capital	22 425	—	—	—	(22 425)	—	—	—
Resultado líquido do período	—	—	—	—	—	—	40 749	40 749
Posição no fim do período — 31 de Dezembro de 2005 (PCSB)	470 925	151 104	—	—	12 769	—	40 749	675 547
Impacto da adopção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39:								
Activos intangíveis (IAS 38)	—	—	—	—	—	—	—	—
Activos fixos tangíveis (IAS 16)	—	—	—	—	—	—	—	—
Periodificação de comissões (IAS 18)	—	—	—	—	—	—	—	—
Impostos diferidos (IAS 12)	—	—	—	—	—	—	—	—
Primeira aplicação do IAS 32 e do IAS 39:								
Valorização ao justo valor	—	—	—	—	—	—	—	—
Capitais próp. em 31 de Dezembro de 2005 (NCA)	<u>470 925</u>	<u>151 104</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>12 769</u>	<u>—</u>	<u>40 749</u>	<u>675 547</u>

(Em milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Acções (quotas) próp.	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Capital próprio
Ajustamentos no período:								
Aumentos de reservas e resultados transitados por aplicação dos resultados	—	—	—	—	2 037	38 712	(40 749)	—
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	—	—	(221)	—	—	—	—	(221)
Total dos ajustamentos no capital próprio	—	—	(221)	—	2 037	38 712	(40 749)	(221)
Resultado líquido do período	—	—	—	—	—	—	36 722	36 722
Distribuição antecipada de lucros	—	—	—	—	—	—	—	—
Interesses minoritários	—	—	—	—	—	—	—	—
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006	470 925	151 104	(221)	—	14 806	38 712	36 722	712 048

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Notas às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

Nota introdutória:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 11 de Setembro de 1998, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., serão objecto de consolidação com as suas filiais e associadas.

1 — Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

1.1 — Geral:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conforme disposto no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela instrução n.º 23/2004, e apresentadas segundo os Modelos definidos pela instrução n.º 18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 — activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em reservas de reavaliação.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., foram pre-

paradas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho, e demais disposições do Banco de Portugal.

Em 2006 a sociedade apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

1.2 — Comparabilidade da informação:

As demonstrações financeiras reportadas ao exercício de 2005 foram convertidas para as NCAs — demonstrações financeiras pró-forma — nos termos previstos no IFRS 1 — adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, incluindo a adopção das normas IAS 32 — Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação e IAS 39 — Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

1.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) *Especialização de exercícios.* — A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

ii) *Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.* — Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são valorizados pelo método do custo de aquisição, de acordo com a IAS 27.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

Antes de 1 de Janeiro de 2006 este tipo de investimentos era classificado como participações, sendo constituídas provisões no caso de se perspectivarem perdas potenciais.

iii) *Imparidade.* — Em conformidade com as NCA, a empresa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo ou grupo de activos apresenta sinais de imparidade.

iv) *Derivados de cobertura.* — Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os derivados com

valor líquido a receber (justo valor positivo) e os de valor líquido negativo (justo valor) são incluídos na rubrica de derivados de cobertura.

v) *Pensões de reforma.* — A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

vi) *Impostos correntes.* — A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., está sujeita a tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de 10 anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais.

Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal. Contudo, é convicção da administração da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

vii) *Impostos diferidos.* — Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

2 — Introdução das normas de contabilidade ajustadas:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., aplicou as NCAs na preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com o aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

3 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Disponibilidades sobre instit. de crédito no País:		
Depósitos à ordem	39 525	7 576
Cheques a cobrar	—	—
Outras disponibilidades	—	—
	<u>39 525</u>	<u>7 576</u>

(Em milhares de euros)

	2006	2005 Pró-forma
Disponibilidades sobre instit. de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	—	—
Cheques a cobrar	—	—
Outras disponibilidades	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Juros a receber	200	315
	<u>39 725</u>	<u>7 891</u>

4 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Aplicações em instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário	—	—
Aplicações a muito curto prazo	—	—
Depósitos	—	60 000
Empréstimos	—	—
Operações de compra com acordo de revenda	—	—
Aplicações subordinadas	—	—
Outras aplicações	—	—
Juros a receber	—	—
Receitas diferidas	—	—
	<u>—</u>	<u>60 000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Juros vencidos a regularizar	—	—
Despesas de crédito vencido	—	—
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	—	—
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido)	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Imparidade	—	60 000
	<u>—</u>	<u>60 000</u>

5 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005		Aquisições	Alienações e abates	Transferências	Amortiz. do exerc.	Saldo em 2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imóveis em uso	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento:							
Equipamento informático	160	71	2	—	—	24	67
Outro equipamento	19	7	—	—	—	2	10
	<u>179</u>	<u>78</u>	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>26</u>	<u>77</u>
Outros activos tangíveis	<u>307</u>	<u>170</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>38</u>	<u>99</u>
	486	248	2	—	—	64	176

6 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005		Aqui- sições	Alienações e abates	Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Saldo em 2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Sistemas de tratamento automático de dados	—	—	—	—	—	—	—
Outros activos intangíveis	126	25	—	—	—	12	89
	<u>126</u>	<u>25</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>12</u>	<u>89</u>
Activos intangíveis em curso	—	—	—	—	—	—	—
	<u>126</u>	<u>25</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>12</u>	<u>89</u>

7 — Investimentos em filiais e associadas e empreendimentos conjuntos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Capitais próprios	Resultado líquido
	2006	2005	2006	2005		
Partinvest, SGPS, S. A.	100,0	100,0	5 237	5 237	5 797	1 534
BPN, SGPS, S. A.	100,0	100,0	363 253	283 253	397 918	32 477
Grupo Português de Saúde, SGPS, S. A.	100,0	100,0	24 999	14 999	17 887	(3 241)
ABZ — Urbanismo e Construções, L. ^{da}	50,0	50,0	3	3	—	—
Turivisa, L. ^{da}	77,1	69,0	696	376	—	—
SLN Investimentos, SGPS, S. A.	100,0	100,0	5 000	5 000	6 935	(796)
Pleiade — Investimentos e Participações, SGPS, S. A.	100,0	100,0	41 087	41 087	22 679	512
Dumpfe Holding, B. V.	100,0	100,0	27	27	—	—
SLN Multiauto, SGPS, S. A. (ex. SLN CAR, SGPS, S. A.)	100,0	100,0	17 809	4 490	21 103	6 249
SLN Novas Tecnologias, SGPS, S. A.	100,0	100,0	5 000	5 000	8 479	1 617
Partinvest — Imobiliária, SGPS, S. A.	100,0	100,0	15 000	2 500	10 944	(1 042)
SLN Internacional, SGPS, S. A.	100,0	100,0	2 450	2 450	823	(15)
Marinapart, SGPS, S. A.	30,0	30,0	10 000	10 000	13 644	208
Planfin — Serv. Planeamento Financ. Internac., S. A.	19,0	19,0	47	47	—	—
Socenta — Construções Imobiliárias, S. A.	10,0	10,0	10	10	—	—
Siresp, S. A.	33,0	33,0	1 326	17	2 132	(1 883)
Lusenerg	—	10,0	—	5	—	—
			<u>491 944</u>	<u>374 501</u>		

8 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Devedores, outras aplicações e outros activos:		
Aplicações diversas	578	578
Sector público administrativo	—	—
Devedores diversos	<u>280 919</u>	<u>287 791</u>
	<u>281 497</u>	<u>288 369</u>
Despesas com encargo diferido:		
Outras despesas com encargo diferido	<u>10</u>	<u>17</u>
	<u>281 507</u>	<u>288 386</u>

9 — Derivados de cobertura:

A empresa celebrou com o Banco Português de Negócios um contrato de *swap* de taxa de juro, com as seguintes características:

Montante — 25 000 000 euros.
Data de contratação — 6 de Maio de 2006.
Data de início — 9 de Maio de 2006.
Data de vencimento — 26 de Outubro de 2009.
Taxa flutuante — Euribor seis meses + *Spread*.

Spread — 0,81%.

Pagador da taxa flutuante — SLN, SGPS, S. A.

Juros — Semestrais a 25 Abril e 25 Outubro.

Base cálculo — 360 dias.

1.º período de contagem de juros na taxa flutuante em euros — entre a data de início e 26 de Outubro de 2006.

Taxa fixa — 4,50%.

Pagador da taxa fixa — Banco Português de Negócios.

Juros — Semestrais a 25 Abril e 25 Outubro.

Base cálculo — 360 dias.

1.º período de contagem de juros na taxa fixa em euros — entre a data de início e 26 de Outubro de 2006.

À data de 31 de Dezembro de 2006 a posição do justo valor do *swap* é de — 220 887 euros.

10 — Outros passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Empréstimos subordinados:		
Titulados:		
Emissões	100 000	50 000
Recompras	—	—
	<u>100 000</u>	<u>50 000</u>

	(Em milhares de euros)	
	2006	2005 Pró-forma
Juros a pagar	306	367
	100 306	50 367

A rubrica de passivos subordinados é composta por dois empréstimos obrigacionistas no montante de 50 000 milhares de euros cada.

O primeiro empréstimo teve início em 25 de Outubro de 2004. O pagamento de juros é efectuado semestralmente e a taxa de juro aplicável é de 4,5% até ao cupão de 25 de Outubro de 2009, sendo a partir daí obtida através da taxa Euribor a seis meses, em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,75%, e o vencimento do empréstimo ocorre em 2014.

O emitente poderá efectuar o reembolso antecipado da emissão, total ou parcial, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

O segundo empréstimo teve início em 8 de Maio de 2006. O pagamento de juros é efectuado semestralmente e a taxa de juro aplicável no primeiro cupão foi de 4,5%.

A partir do segundo cupão, e até ao cupão que se vence em 8 de Maio de 2011, a taxa de juro é obtida através da taxa Euribor a seis meses, em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15%.

Nos restantes cupões a fórmula de cálculo é idêntica mas o *spread* sobre para 1,50%. O vencimento do empréstimo ocorre em 2016.

O emitente poderá efectuar o reembolso antecipado da emissão, total ou parcial, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal. Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

11 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Credores e outros recursos:		
Recursos diversos	—	—
Sector público administrativo	35	51
Credores diversos	803	5 069
	838	5 120
Encargos a pagar:		
Juros a pagar	—	—
Outros encargos a pagar	446	452
	446	452
	1 284	5 572

12 — Capital próprio:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrum. de cap.	Acções próp.	Reservas de reaval.	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Dividendos pagos
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (PCSB)	470 925	151 104	—	—	—	12 769	40 749	—
Impacto da adopção das IAS/IFRS	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	470 925	151 104	—	—	—	12 769	40 749	—
Aplicação resultado	—	—	—	—	—	40 749	(40 749)	—
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	—	36 722	—
Outros	—	—	—	—	(221)	—	—	—
	470 925	151 104	—	—	(221)	53 518	36 722	—

O capital é composto por 470 925 000 acções de um euro cada e encontra-se totalmente realizado.

13 — Outras reservas e resultados transitados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Outras reservas:		
Reserva legal	5 221	3 183
Outras reservas	9 585	9 586
	14 806	12 769
Resultados transitados:		
Aprovados	38 712	—
	53 518	12 769

14 — Margem financeira:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades	1 960	2 014

	2006	2005 Pró-forma
Juros de aplicações em instituições de crédito	—	—
Juros de crédito a clientes	—	—
Juros de crédito vencido	—	—
Juros de outros activos financeiros	—	425
	1 960	2 439
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos	—	—
Juros de responsabilidades representadas por títulos	—	—
Juros de passivos financeiros	—	—
Juros de derivados	—	—
Juros de passivos subordinados	3 377	2 242
Outros juros e encargos	—	—
	3 377	2 242
	(1 417)	197

15 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No País	29 000	44 218
No estrangeiro	—	—
Outros instrumentos de capital	—	—
	<u>29 000</u>	<u>44 218</u>

16 — Outros resultados de exploração:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Rendimentos e receitas operacionais:		
Ganhos em investimentos em filiais	13 495	44
Ganhos em activos não financeiros	—	—
Outros ganhos e rend. operacionais	121	142
	<u>13 616</u>	<u>186</u>

Encargos e gastos operacionais:

Perdas em investimentos em filiais	—	—
Perdas em activos não financeiros	—	—
Outros encargos e gastos operacionais ...	122	3
	<u>122</u>	<u>3</u>

Outros impostos:

Impostos indirectos	—	142
Impostos directos	—	—
	<u>—</u>	<u>142</u>
	<u>13 494</u>	<u>41</u>

17 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	876	987
Remuneração de empregados	69	146
Encargos sociais obrigatórios	71	101
Outros custos com pessoal	178	—
	<u>1 194</u>	<u>1 234</u>

18 — Gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Água energia e combustíveis	5	6
Material de consumo corrente	—	2
Publicações	4	4
Material de higiene e limpeza	—	1
Rendas e alugueres	368	184
Comunicações	4	8
Deslocações, estadas e representação	10	27

	2006	2005 Pró-forma
Publicidade e edição de publicações	—	60
Conservação e reparação	3	7
Seguros	33	8
Serviços especializados	2 520	2 007
Outros serviços de terceiros	80	77
	<u>3 027</u>	<u>2 391</u>

19 — Impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Imposto corrente:		
Do exercício	57	3
Correcção de exercícios anteriores	—	—
	<u>57</u>	<u>3</u>
Imposto diferido:		
Diferenças temporárias	—	—
Por prejuízos fiscais reportáveis	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>57</u>	<u>3</u>

20 — Transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Réditos:		
Juros de disponibilidades	1 960	2 014
Juros de outros activos financeiros	—	425
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	29 000	44 218
Outros ganhos e rendimentos operacionais	27	—
	<u>30 987</u>	<u>46 657</u>

Gastos:

Rendas e alugueres	35	156
Seguros	33	21
Deslocações, estadas e representação	—	16
Serviços especializados	—	238
Outros serviços de terceiros	4	—
Outros custos com pessoal	16	—
	<u>88</u>	<u>431</u>

21 — Outras informações:

Em rendimentos de instrumentos de capital estão registados dividendos no montante global de 29 000 000 euros, relativos ao exercício de 2006, por via da distribuição de resultados e ou reservas, conforme actas de aprovação de contas das respectivas empresas participadas.

Estes dividendos serão liquidados no exercício de 2007.

22 — Passivos contingentes:

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2006.

23 — Acontecimentos após a data do balanço:

Até à presente da data, não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 813 859 milhares de euros e um total de capital próprio de 712 048 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36 722 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal de Portugal (NCAs), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

i) Conforme referido na nota n.º 2 das notas explicativas, em 2006 a sociedade adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade

Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 1.2 das notas explicativas.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Analisámos o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — O Fiscal Único: J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades*. — Examinámos as demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A. (adiante também designada por SLN SGPS), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 813 859 milhares de euros e um total de capital próprio de 712 048 milhares de euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da SLN SGPS, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito*. — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segu-

rança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 incluem participações de capital e suprimentos no valor global de, respectivamente, 128 691 milhares de euros e 212 408 milhares de euros que respeitam a empresas cujas demonstrações financeiras foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, cujas certificações legais das contas levámos em consideração. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

4 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na nota n.º 1, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as NCA definidas pelo Banco de Portugal. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — Os Auditores: BDO, bdc & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Pedro Aleixo Dias, revisor oficial de contas.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2006			2005
		Valor antes de imparidade e amortiz.	Imparidade e amortiz.	Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	352 405	—	352 405	305 884
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	540 571	—	540 571	206 618
Activos financeiros detidos para negociação	8	146 064	—	146 064	75 853
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	331 661	—	331 661	303 396
Activos financeiros disponíveis para venda	9, 25	318 042	1	318 041	124 487
Aplicações em instituições de crédito	10	228 556	—	228 556	71 537
Crédito a clientes	11, 25	4 788 140	137 242	4 650 898	4 180 834
Investimentos detidos até à maturidade		—	—	—	—
Activos com acordo de recompra		—	—	—	—
Derivados de cobertura	8.1	79	—	79	93
Outros activos tangíveis	13	464 265	154 822	309 443	220 671
Activos intangíveis	14	59 668	20 014	39 654	25 104
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	15, 25	191 752	1 479	190 273	187 328
Activos por impostos correntes	16	3 314	—	3 314	1 727
Activos por impostos diferidos	16	19 125	—	19 125	19 230
Provisões técnicas de resseguro cedido	17	18 644	—	18 644	17 204
Outros activos	18, 25				
Devedores por seguro directo e resseguro		21 623	4 629	16 994	19 601
Outros		546 582	18 387	528 195	424 135
Total do activo		8 030 491	336 574	7 693 917	6 183 702

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	2006	2005
		Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
Passivo:			
Recursos de bancos centrais	19	77	—
Passivos financeiros detidos para negociação	20	27 768	15 878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	20	535	268
Recursos de outras instituições de crédito	21	646 651	593 481
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	4 039 825	3 912 688
Responsabilidades representadas por títulos	23	266 202	54 889
Passivos financeiros associados a activos transferidos	24	565 279	—
Derivados de cobertura	8.1	614	505
Provisões	25	2 197	697
Provisões técnicas	17	167 664	153 686
Passivos por impostos correntes	16	16 796	11 747
Passivos por impostos diferidos	16	4 682	5 093
Instrumentos representativos de capital		—	—

(Em milhares de euros)

	Notas	2006 — Valor líquido	2005 Pró-forma — Valor líquido
Outros passivos subordinados	26	250 306	200 367
Outros passivos	27		
Credores por seguro directo e resseguro		339 306	309 080
Outros passivos		739 303	342 464
<i>Total do passivo</i>		<u>7 067 205</u>	<u>5 600 843</u>
Capital próprio:			
Capital	28	470 925	470 925
Prémios de emissão	28	151 104	151 104
Outros instrumentos de capital		—	—
Acções próprias	28	(17 988)	(21 551)
Reservas de reavaliação		(221)	—
Outras reservas e resultados transitados	28	(86 249)	(93 555)
Diferenças cambiais	28	1 665	1 724
Resultado líquido	28, 43	75 594	44 059
Dividendos antecipados		—	—
Interesses minoritários	28	31 882	30 153
<i>Total do capital próprio</i>		<u>626 712</u>	<u>582 859</u>
<i>Total do passivo e do capital próprio</i>		<u>7 693 917</u>	<u>6 183 702</u>

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2006

	Notas	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares		329 625	285 583
Juros e encargos similares		172 611	129 285
Margem financeira	30	157 014	156 298
Rendimentos de instrumentos de capital	31	725	548
Rendimentos de serviços e comissões	32	73 167	62 798
Encargos com serviços e comissões	32	32 617	30 815
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	23 049	17 085
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	2 965	2 138
Resultados de reavaliação cambial	33	2 857	1 733
Resultados de alienação de outros activos	33	18 168	2 094
Resultado líquido de resseguro	34	27 453	25 421
Outros resultados de exploração	35	193 115	127 827
Produto da actividade		<u>465 896</u>	<u>365 127</u>
Custos com pessoal	36	157 094	135 497
Gastos gerais administrativos	37	145 041	119 320
Amortizações do exercício	13, 14	31 346	26 408
Custos operacionais		<u>333 481</u>	<u>281 225</u>
Provisões líquidas de reposições e anulações	38	(6 437)	(5 226)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	39	(32 625)	(28 676)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	40	948	310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	40	(460)	792
Resultado operacional		<u>93 841</u>	<u>51 102</u>
Diferenças de consolidação negativas		—	—
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	41	6 570	9 749
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>100 411</u>	<u>60 851</u>

(Em milhares de euros)

	Notas	2006	2005 Pró-forma
Impostos:			
Correntes	42	30 769	17 973
Diferidos	42	(7 761)	(2 747)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários		77 403	45 625
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		—	—
Interesses minoritários		1 809	1 566
Resultado consolidado do exercício	43	75 594	44 059
Resultado por acção (euros):			
Básico		0,16	0,10
Diluído		0,16	0,10

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Demonstração de fluxos de caixas consolidados em 31 de Dezembro de 2006

	Consolidado	
	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	638 216	624 911
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	—	(342)
Pagamento de juros e comissões	(352 621)	(312 767)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(611 220)	(458 603)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	492 728	302 955
Recuperação de créditos incobráveis	352	46
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	167 455	156 200
(Aumentos) diminuições dos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(136 854)	62 142
Activos financeiros detidos para negociação	(42 929)	46 644
Créditos a clientes	(496 258)	(386 761)
Activos ao justo valor por resultados	(9 708)	(74 803)
Derivados de cobertura	(269)	20
Activos não correntes detidos para venda	95	(35 008)
Outros activos	(19 372)	127 723
Fluxo dos activos operacionais	(705 295)	(260 043)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	—	—
Recursos de instituições de crédito	(14 933)	2 563
Recursos de clientes e outros empréstimos	118 363	282 231
Passivos financeiros detidos para negociação	(11 818)	(11 375)
Outros passivos	876 614	(46 152)
Fluxo dos passivos operacionais	968 226	227 267
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	430 386	123 424
Impostos pagos	(19 016)	(12 249)
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i>	<i>411 370</i>	<i>111 175</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	717	160
Aquisição de activos disponíveis para venda	(281 309)	(145 106)
Alienação de activos disponíveis para venda	69 267	32 550
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(85 648)	(72 739)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	4 999	10 893

(Em milhares de euros)

	Consolidado	
	2006	2005
Aquisição/alienação de propriedades de investimento	—	12
Investimentos em empresas filiais e associadas	(74 508)	(56 573)
Subsídios de investimento	416	1
Outros recebimentos/pagamentos	421	237
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i>	<u>(365 645)</u>	<u>(230 565)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Aumento de capital	458	1 980
Redução de capital e prestações suplementares	(292)	(8 100)
Dividendos pagos	(460)	74 490
Emissão de dívida titulada e subordinada	347 583	124 237
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	—	—
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	—	—
Aquisição e venda de acções próprias	—	(423)
Amortização de contratos de locação financeira	(795)	(605)
Outros juros e custos similares	(11 889)	(7 419)
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<u>334 605</u>	<u>184 160</u>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	380 330	64 770
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e equivalentes no início do exercício	516 663	451 893
Caixa e equivalentes no fim do exercício	896 993	516 663

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Demonstração de alterações no capital próprio consolidado em 31 de Dezembro de 2006

(Em milhares de euros)

	IAS/IFRS	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Acções próprias	Outras reservas	Diferenças cambiais	Resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro (PCSB)		448 500	151 104	–	–	(7 347)	–	(869)	48 353	2 822	642 563
Aplicação de resultados		–	–	723	–	46 810	–	819	(48 353)	–	–
Aumento de capital		22 425	–	–	–	–	–	(22 425)	–	–	–
Outros ajustamentos		–	–	(723)	–	(58 105)	–	22 475	–	788	–
RL do período		–	–	–	–	–	–	–	44 952	–	–
Saldo em 31 de Dezembro (PCSB)		470 925	151 104	–	–	(18 642)	–	–	44 952	3 610	651 949
Impacto da aplicação das IFRS/IAS:											
Concentração de actividades empresariais	IFRS 3	–	–	–	–	584	–	–	279	–	–
Impostos diferidos	IAS 12	–	–	–	–	13 151	(738)	–	2 605	–	–
Provisões	IAS 37	–	–	–	–	12 416	–	–	–	–	–
Taxa efectiva	IAS 32 e 39	–	–	–	–	(7 278)	–	–	(390)	–	–
Benefícios a empregados	IAS 19	–	–	–	–	(24 748)	–	–	(4 402)	–	–
Consolidação de SPE	IAS 27	–	–	–	–	(3 123)	–	–	38	–	–
Activos intangíveis	IAS 38	–	–	–	–	(6 515)	–	–	686	–	–
Outros instrumentos financeiros	IAS 39	–	–	–	–	(181)	–	–	(7)	–	–
Imparidade de crédito	IAS 39	–	–	–	–	(954)	–	–	–	–	–
Custos diferidos	Estrutura conceptual	–	–	–	–	(5 150)	–	–	(2 951)	–	–
Diferenças cambiais	IAS 21	–	–	–	–	484	2 938	–	–	–	–
Alteração de perímetro:											
Geslusa — acções próprias da SLN		–	–	–	(21 551)	–	–	–	–	–	–
Interesses minoritários		–	–	–	–	(24 509)	(476)	–	(1 558)	26 543	–
Outros ajustamentos		–	–	–	–	(29 090)	–	–	4 807	–	–
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005		470 925	151 104	–	(21 551)	(93 555)	1 724	–	44 059	30 153	582 859
Aplicação resultado		–	–	2 037	–	3 310	–	38 712	(44 059)	–	–
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	–	–	75 594	250	–
Outros		–	–	(2 037)	3 563	3 775	(59)	(38 712)	–	1 479	–
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006		470 925	151 104	–	(17 988)	(86 470)	1 665	–	75 594	31 882	626 712

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

1 — Nota introdutória:

O Grupo SLN, do qual a SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A. (abreviadamente SLN, SGPS, S. A.), é a empresa-mãe, é constituído por empresas que actuam em diferentes áreas de negócio, em Portugal, no Brasil e Cabo Verde, nomeadamente nos sectores financeiro e segurador; agro-alimentar; do comércio de retalho automóvel; dos cuidados hospitalares; da gestão e hotelaria e turismo; das tecnologias de informação e imobiliário.

A SLN, SGPS, S. A., é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 11 de Setembro de 1998, tendo por objecto social as actividades legalmente consentidas a este tipo de sociedade, nomeadamente a gestão de participações sociais noutras sociedades.

A actividade da SLN, SGPS, S. A., está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerada uma empresa financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Durante o exercício de 2006, ocorreram algumas alterações significativas a nível da estrutura do Grupo, nomeadamente a expansão do sector automóvel com a aquisição das empresas Multiauto e Grupo Motorgest. Ainda durante o ano de 2006, foram alienadas as participações nas empresas Ergi Empreendimentos, do sector imobiliário no Brasil, e na Lusenerg — Energias Renováveis.

Em 31 de Dezembro de 2006, as sociedades que integram o perímetro de consolidação do Grupo SLN são:

Empresa	Método de consolidação	Participação
7COMP	Integral	78,00
Animacorpus	Integral	100,00
Avipronto	Eq. patrimonial	24,85
AVS — Corretores de Seguros	Integral	66,66
AVS — Consultadoria e Gestão, L. ^{da}	Integral	59,99
Azulso, L. ^{da}	Integral	100,00
Banco Efisa	Integral	99,80
BIZ Service — Tecnologia em Meios Pagamento, L. ^{da}	Integral	99,80
Bizz First	Integral	51,00
BPN — IFI, S. A. (Instituição Financeira Internacional, S. A.)	Integral	99,80
BPN Brasil	Integral	99,80
BPN Cayman	Integral	99,80
BPN Crédito IFIC	Integral	99,80
BPN Crédito Brasil	Integral	99,80
BPN Crédito Corret. de Seguros, L. ^{da}	Integral	78,20
BPN Gestão Activos	Integral	99,80
BPN Imofundos	Integral	99,80
BPN Imoglobal	Eq. patrimonial	30,15
BPN Madeira	Integral	99,80
BPN Participações Brasil	Integral	79,84
BPN Participações Financeiras	Integral	99,80
BPN, S. A.	Integral	100,00
BPN Serviços ACE	Integral	98,54
BPN SGPS	Integral	100,00
Brick and Sand	Integral	100,00
British Hospital Lisbon XXI	Integral	90,00
BYPASS	Eq. patrimonial	44,91
Cagicomp	Integral	92,62
Carvisão, L. ^{da}	Integral	100,00
Castania	Integral	100,00
Centro de Imagiologia Médica	Integral	100,00
Clínica Braga	Integral	100,00
Clínica do Porto	Integral	100,00
Clínica Lotus (Coimbra)	Integral	100,00
Clínica Lótus, S. A.	Integral	100,00
Cliuni — Clínica Unida, S. A.	Integral	60,47
CNE — Cimentos Nacionais e Estrangeiros	Integral	100,00
Coimbracar	Integral	100,00
Complementus	Integral	100,00
Coseal, L. ^{da}	Integral	64,93
Datacomp — Sistemas Informáticos	Integral	97,50
Dumpfe	Integral	100,00

Empresa	Método de consolidação	Participação
Dywidag	Eq. patrimonial	50,00
Easy Quick	Integral	100,00
Emmedi	Eq. patrimonial	26,57
Evoracar, S. A.	Integral	100,00
Fincor	Integral	80,00
FIQ — Fundo Investimento Qualificado — Banco EFISA	Integral	56,21
Foz Garden	Integral	99,92
Gamboia Promoção Imobiliária, S. A.	Integral	100,00
Garagem Lopes	Integral	100,00
Geosil	Integral	100,00
Geslusa Trading	Integral	100,00
GP Diálise — Cascais	Integral	100,00
GP Diálise — Sacavém	Integral	100,00
GP Dialise	Integral	100,00
GP Saúde — Serviços de Gestão de Participadas	Integral	100,00
Grupo Português de Saúde SGPS	Integral	100,00
Hospital Britânico (LUKH)	Eq. patrimonial	50,00
I2S	Integral	51,00
I2S Brasil	Integral	50,49
I2S NET	Integral	49,98
IMI — Imagens Méd. Integradas, S. A.	Integral	100,00
Imoreal	Eq. patrimonial	44,15
Imostrong	Integral	100,00
IMRM	Eq. patrimonial	50,00
Inapal	Integral	70,00
Limpeque	Integral	100,00
Marina da Barra, S. A.	Eq. patrimonial	50,00
Marina Part, SGPS	Eq. patrimonial	30,00
Maxicar, L. ^{da}	Integral	100,00
Medinorte — Serviços Médicos Noturnos, L. ^{da}	Integral	71,20
MEXCOR — Sociedade Med. de Seguros, L. ^{da}	Integral	46,66
Microcular — Centro de Microcirurgia Ocular Laser e Diagnóst., S. A.	Integral	67,49
Monte da Quinta Club — Actividades Hoteleiras	Integral	100,00
Morais e Cabral	Eq. patrimonial	26,00
Motorconta, L. ^{da}	Integral	100,00
Motorex, L. ^{da}	Integral	100,00
Motorgal, L. ^{da}	Integral	100,00
Motorgest, S. A., SGPS	Integral	100,00
Motorluz, L. ^{da}	Integral	100,00
Motorpor, L. ^{da}	Integral	100,00
Motorsintra, S. A.	Integral	100,00
Multiauto	Integral	100,00
Mz Car, L. ^{da}	Integral	100,00
New Link Solutions	Integral	51,00
Nossa	Eq. patrimonial	35,40
Parte non	Integral	80,00
Partinvest Imobiliária	Integral	100,00
Partinvest SGPS	Integral	100,00
Peres, Sociedade Unipessoal	Integral	75,00
Pet Gest	Integral	50,80
Planmediação — Mediação Imobiliária	Integral	100,00
Pleiade	Integral	100,00
Primelab	Integral	100,00
Raposeira	Integral	89,90
Real Re, Ltd.	Integral	99,80
Real Seguros	Integral	96,53
Real Vida Seguros	Integral	100,00
Rentilusa	Integral	100,00
Santa Maria Park Hotel	Integral	100,00
Seac Banche	Integral	78
Seac Banche Internacional	Integral	94,58
Seac Brasil	Integral	77,99
Seac Espanha	Integral	52,26
Seac França	Integral	78,00
Seac USA	Integral	78,00
Serviplex	Integral	100,00
SIRESP	Eq. patrimonial	42,31
SLN Cabo Verde — ex. Clear Gain ..	Integral	100,00
SLN Internacional	Integral	100,00
SLN Investimentos	Integral	100,00

Empresa	Método de consolidação	Participação
SLN Madeira	Integral	99,80
SLN Multiauto, SGPS, S. A.	Integral	100,00
SLN Novas Tecnologias	Integral	100,00
SLV — Sociedade de Leilões de Veículos	Integral	100,00
SMDI — Serviços Médicos de Diagnóstico pela Imagem, S. A.	Integral	80,00
SMN — Serv. Méd. Nocturnos, S. A.	Integral	83,14
Sociedade Agr. Comerc. Varosa	Eq. patrimonial	49,50
Soc. Lusa de Negócios SGPS, S. A. ..	Integral	100,00
Socenta	Eq. patrimonial	50,00
Sociedade Gestora Centro Medicina Física Reabilitação do Sul	Integral	100,00
Sortegel	Integral	100,00
Tapada das Chaves	Integral	89,45
Toscana	Integral	78,00
Triweb, L.ª	Integral	100,00
Turifenus	Integral	100,00
Turigon	Integral	100,00
Turiscaramulo — Emp. Turisc.	Integral	100,00
Turivisa	Integral	69,00
UMS — Unid. Móveis de Saúde, L.ª ..	Integral	71,20
Vantec	Eq. patrimonial	50,00
VSegur	Integral	100,00
World Rest, S. A.	Integral	75,00

2 — Bases de apresentação, comparabilidade da informação, princípios de consolidação e políticas contabilísticas:

2.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais da SLN, SGPS, S. A., das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN de 2006, são apresentadas de acordo Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Neste sentido, estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preconizado pelas IFRS, com efeito a 1 de Janeiro de 2005, tal como adoptado na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN estão expressas em milhares de euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, designadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que o Grupo exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas, com eventual impacto sobre as actuais estimativas e nos montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As áreas que envolvem uma maior grau de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na nota n.º 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de conselho de administração em 5 de Abril de 2007.

2.2 — Comparabilidade da informação:

Por forma a assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 foram reexpressas para IAS/IFRS — demonstrações financeiras pró-forma — de acordo com o preconizado na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro. O Grupo decidiu por não optar pela regra de transição permitida pela IFRS 1, que estabelece a não obrigatoriedade de aplicação das IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 na data de transição com referência a 1 de Janeiro de 2005, pelo que as demonstrações financeiras agora apresentadas, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e respectivos comparativos incluem o efeito da aplicação das referidas normas.

Assim, as normas IAS 32 — Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de Seguro, foram aplicadas pela primeira vez nas demonstrações financeiras a 1 de Janeiro de 2005.

2.3 — Princípios de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da empresa-mãe e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. Procedeu-se à uniformização das políticas contabilísticas de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi considerado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

Entidades subsidiárias:

São consideradas subsidiárias as entidades sobre as quais o Grupo exerce controlo. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto de uma entidade ou possuindo uma percentagem sobre os seus capitais próprios inferior a 50%, detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional da entidade, de modo a obter benefícios das suas actividades. As entidades subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses minoritários, excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos contabilizados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Entidades associadas:

São consideradas associadas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, poderá ainda exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos conselhos de administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver pagamentos em nome da associada.

Diferenças de consolidação:

As diferenças de consolidação negativas (*goodwill* positivo) resultantes das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2005 encontram-se deduzidas aos capitais próprios.

O Grupo contabiliza as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2005 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos adicionado de quaisquer custos atribuíveis à aquisição.

As diferenças de consolidação representam a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

De acordo com a IFRS 3 — Concentrações de Actividades Empresariais, o *goodwill* positivo é reconhecido no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado. O valor recuperável do *goodwill* reconhecido no activo é revisto anualmente, independentemente dos sinais de imparidade, conforme previsto na IAS 36 — Imparidade de Activos.

No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método de equivalência patrimonial.

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill* negativo ou *badwill*) são reconhecidas directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

Entidades de finalidades especiais (SPE):

O Grupo patrocina a constituição de entidades de finalidades especiais (SPEs), com o principal objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indica que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 — Consolidação de Entidades de Finalidades Especiais, nomeadamente:

As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;

O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;

O Grupo tem direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;

O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Participações financeiras em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro:

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico principal onde essas subsidiárias e associadas operam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, uma vez que esta é a moeda funcional da SLN.

As demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas, expressas em moeda estrangeira, são precedidas da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal:

Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do período em que são reconhecidos;

As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação:

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações e que as mesmas não indiciem a existência de imparidade.

2.4 — Políticas contabilísticas:

2.4.1 — *Conversão cambial*. — Nas empresas cuja moeda de relação é o euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidos em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

2.4.2 — *Operações em moeda estrangeira*. — As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, são convertidos mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (*currency forwards*) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

2.4.3 — *Activos e passivos financeiros*. — Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação (*trade date*), excepto se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

A mensuração inicial dos activos e passivos financeiros é efectuada e reconhecida ao justo valor, acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, excepto para os activos e passivos ao justo valor por via de resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas.

O justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando existe mercado activo ou, na ausência deste, é determinado tendo por base métodos e técnicas de avaliação. Estes métodos têm subjacentes cálculos matemáticos, baseados em teorias financeiras reconhecidas ou preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Activos e passivos financeiros de negociação:

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou de recompra no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado, excepto no caso em que o derivado seja um instrumento de cobertura e eficaz, são classificados como de negociação.

Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados (justo valor através de

resultados) e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados da demonstração de resultados.

Estas rubricas incluem:

Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos, incluindo posições longas (título comprados) ou curtas (títulos vendidos a descoberto) e derivados adquiridos pelo Grupo para venda e recompra num prazo muito próximo;

Títulos afectos às carteiras de seguros de capitalização;

Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos e em que o Grupo tenha optado, na data da escrituração, por registar e avaliar o justo valor através de resultados.

Activos financeiros detidos para venda:

Os activos financeiros disponíveis para venda, com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, são classificados como detidos para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. A mensuração inicial de um activo financeiro detido para venda é efectuada pelo seu justo valor, adicionado dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição. A mensuração subsequente destes activos é igualmente ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas (excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários), até que os activos sejam desreconhecidos (vendidos) ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais contabilizados em reservas é transferido para resultados.

Esta rubrica inclui:

Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;

Títulos de rendimento variável disponíveis para venda;

Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) do activo, esta é incluída no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente dividendos no caso de acções, são contabilizados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveito no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

À data de cada balanço é efectuada uma avaliação para verificar a evidência objectiva da existência (ou não) de imparidade dos activos financeiros. Em caso positivo de evidência de imparidade, a perda acumulada contabilizada nas reservas é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio (títulos de rendimento variável) classificado como disponível para venda não podem ser revertidas.

As perdas de imparidade reconhecidas por títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso exista uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido subsequentemente à determinação da imparidade.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são reconhecidas em outras reservas. As variações cambiais dos restantes títulos são contabilizadas em resultados.

Depósitos e outros recursos:

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Nesta categoria estão incluídos os seguros de capitalização do ramo Vida sem participação discricionária de resultados.

Contabilidade de cobertura:

São realizadas operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (p. e., empréstimos).

Uma relação de cobertura existe quando:

i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;

ii) Se espera que a cobertura seja altamente eficaz;

iii) A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;

v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

De acordo com a IAS 39, para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efectividade. Deste modo, o Grupo testa a eficácia da cobertura, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se entre os 80% e 125%. Quando a efectividade está fora do intervalo referido, a contabilidade de cobertura é descontinuada, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação. Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados no final de cada mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

Cobertura de justo valor:

As variações do justo valor dos activos que se qualifiquem e classifiquem como de justo valor são reconhecidas em resultados, em conjugação com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que é referente ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou o passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Cobertura de fluxos de caixa:

A porção do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que seja determinado como uma cobertura eficaz e que se qualifique como cobertura de fluxos de caixa, é reconhecida directamente em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela ineficaz da relação de cobertura são reconhecidos em resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. No entanto, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado contabilizado em capitais próprios na data mantém-se nessa rubrica, até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa.

Derivados embutidos:

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4.4 — *Créditos a clientes.* — O crédito a clientes inclui os créditos concedidos pelo Grupo a clientes e instituições de crédito, que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não exista intenção de venda.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo dos activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido, no momento inicial, ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção (comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito). Subsequentemente, o crédito é valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo deduzidas perdas de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

O Grupo utiliza, conforme previsto pela IAS 39, dois métodos de cálculo das perdas de imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva:

(i) Análise individual:

A avaliação da existência de perdas de imparidade a nível individual é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência da evidência objectiva de imparidade. Nesta avaliação são considerados diversos factores, nomeadamente:

A exposição de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;

A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida futuros;

A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;

A deterioração significativa do *rating* do cliente;

O património do cliente em situações de liquidação ou falência;

A existência de credores privilegiados;

O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através de comparação do valor actual dos *cash-flows* futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas contabilizadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos *cash-flows* futuros esperados de um crédito com garantias reais, considera os *cash-flows* que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito idêntico, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva:

No processo de análise de imparidade numa base colectiva os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo, de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda de imparidade de 100%, este é abatido ao activo. As recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

Na anterior estrutura de relato contabilístico e até 31 de Dezembro de 2005 o crédito a clientes incluía os empréstimos originados pelo Grupo, os quais eram reconhecidos na data em que o montante do crédito era adiantado ao cliente e eram reconhecidos pelo seu valor nominal deduzido de provisões para riscos de crédito determinados de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal. Relativamente às subsidiárias do sector financeiro sediadas em Portugal, as provisões para riscos de crédito incluíam:

Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como uma dedução ao activo;

Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo.

Após a aplicação dos requisitos de provisionamento representados pelas provisões acima mencionadas, era considerada a adequação do valor global das provisões do Grupo para riscos de crédito face ao risco da carteira.

2.4.5 — *Activos tangíveis*. — Os activos tangíveis do Grupo, na sua mensuração inicial, são contabilisticamente relevados pelo modelo do custo (custo de aquisição incluindo custos directamente atribuíveis).

O Grupo optou pela aplicação da regra geral definida na IAS 16, em que os activos fixos tangíveis, na sua mensuração subsequente, são escriturados pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimada do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	20 a 50
Obras em edifícios próprios	20 a 50
Obras em edifícios arrendados	10 a 20
Equipamentos	4 a 10
Outras imobilizações corpóreas	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios arrendados, são amortizadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os terrenos não são amortizados.

Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados, conforme previsto na IFRS 1, pelo valor contabilístico na data de transição para as IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços e por reavaliações económicas.

2.4.6 — *Activos recebidos em dação por recuperação de créditos*. — Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica de outros activos, uma vez que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano.

Estes activos são reconhecidos pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores de dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito.

Sempre que o valor presumível de realização destes imóveis, apurado através de avaliações (líquido de custo de venda) periódicas, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são reconhecidas em resultados perdas por imparidade.

2.4.7 — *Activos intangíveis*. — Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como custos de *software* adquirido, em qualquer das situações quando se espera que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três anos.

Todas as despesas referentes a emolumentos notariais, de registo de aumentos de capital e de arranque (*start up costs*); formação de pessoal; publicidade e actividades promocionais, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38 — Activos Intangíveis, não foram reconhecidos no balanço, sendo ajustados para a

rubrica de outras reservas e resultados transitados (momento de transição) e para resultados (no exercício).

Em 2006 e de acordo com a IAS 38, todas as despesas acima mencionadas e incorridas no exercício foram reconhecidas em resultados, com a respectiva reexpressão em 2005.

2.4.8 — *Locações*. — O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os requisitos definidos na IAS 17 — *Locações*.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Grupo como locatário:

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos no período a que dizem respeito.

Grupo como locador:

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de activos tangíveis, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito na nota n.º 2.4.5.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de outros activos, por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

Locações financeiras:

Grupo como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito na nota n.º 2.4.5.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Grupo como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.4.9 — *Factoring*. — Os activos decorrentes das operações de *factoring* contratadas com recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes das operações de *factoring*, contratadas sem recurso, são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o reconhecimento de um passivo na rubrica de credores por operações de *factoring*. Esta rubrica é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de *factoring*, que não foram objecto de adiantamento ao aderente são registadas na rubrica extrapatrimonial. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas. Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registadas como elemento extrapatrimonial.

2.4.10 — *Benefícios aos empregados pensões*. — Até 31 de Dezembro de 1997 o BPN, S. A., ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por este motivo, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no sistema de reformas da segurança social. Durante o ano de 1998, o BPN, S. A. celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, acordos de adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêm que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S. A.

O Grupo determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados, através de cálculos actuariais pelo método de crédito da unidade projectada (*project unit credit*) para as responsabilidades com serviços passados por velhice e método de prémios únicos sucessivos para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuarias determinadas anualmente, resultantes de (i) diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e valores efectivamente verificados e (ii) alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuarias diferidos acumulados no início do ano que excedem 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuarias acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, é reconhecido como um custo, na demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuarias determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuarias associadas.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica de outros activos.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por fundos de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo fundo de pensões está definido no aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005, que determina a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica de outros passivos.

Os resultados consolidados do Grupo incluem os seguintes custos relativamente a pensões de reforma e sobrevivência:

- Custo do serviço corrente (custo do ano);
- Custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- Rendimento esperado dos fundos de pensões;
- Custos com acréscimos de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor;
- Custos resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data de transição o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuarias diferidos desde

o início dos planos (*reset*). Assim, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo a 31 de Dezembro de 2004 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição (1 de Janeiro de 2005).

Benefícios de saúde:

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. Este serviço, o SAMS, constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma idêntica às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade:

As instituições financeiras do Grupo que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português, assumem o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completam 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva, no ano da atribuição.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

As referidas instituições determinam anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método de crédito da unidade projectada (*project unit credit*). Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas futuras de aumentos salariais e tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas do Grupo. A taxa de desconto é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento das responsabilidades com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecida em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados:

Em conformidade com as disposições estatutárias de algumas entidades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em assembleia geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de administração e demais colaboradores (prémios ou bónus), de acordo com proposta do conselho de administração.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam, conforme previsto na IAS 19.

2.4.11 — *Provisões técnicas.* — O Grupo comercializa seguros do ramo vida, nas modalidades de risco, tipo *universal life* e de capitalização, através da sua subsidiária Real Vida. Os seguros de capitalização sem participação discricionária de resultados são reconhecidos, de acordo com o definido pela IAS 39, e incluídos na rubrica de recursos de clientes e outros empréstimos. Os restantes seguros, incluindo os de capitalização com participação discricionária de resultados, são contabilizados nos termos da IFRS 4 — Contratos de Seguros, na rubrica de provisões técnicas.

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as base técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;

Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo

com as base técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;

Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

2.4.12 — *Provisões para outros riscos e encargos.* — A rubrica inclui as provisões para fazer face a obrigações presentes, resultantes de eventos passados, das quais se esperam a saída de benefícios económicos para liquidar a obrigação, sendo possível estimar, de forma viável, o seu montante.

Estas obrigações, regra geral, assumem a natureza de contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes das actividades do Grupo SLN.

2.4.13 — *Impostos sobre o rendimento.* — Todas as empresas do Grupo SLN são tributadas individualmente.

A SLN, SGPS, S. A., as subsidiárias e associadas com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No entanto, a SLN — Madeira, SGPS, S. A., BPN — Madeira, SGPS, S. A., Sucursal Financeira Exterior do BPN, S. A. e a SLN Internacional, SGPS, S. A., sediadas na Zona Franca da Madeira, beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

As subsidiárias da SLN, SGPS, S. A., Inapal Plásticos, S. A., e a CNE — Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S. A., no âmbito de dois projectos de investimento e de contratos assinados com a API — Agência Portuguesa para o Investimento, em 2005, beneficiam de benefícios fiscais previstos no artigo 39.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 409/99, de 15 de Outubro.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros aos quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios.

Os lucros distribuídos à SLN, SGPS, S. A., por empresas subsidiárias ou associadas localizadas no território nacional não são tributados na esfera deste, em virtude da aplicação do regime previsto no artigo 46.º do CIRC, que prevê a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos.

O Banco de Portugal alterou as regras contabilísticas relativas à preparação das demonstrações financeiras individuais, que são as contas relevantes para efeitos fiscais.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais das participadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

Desta forma, o cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foram baseadas em pressupostos, os quais podem ou não vir a ser confirmados pelas autoridades fiscais no futuro.

2.4.14 — *Fundo de garantia de depósito.* — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, ficando ainda definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN, S. A., e o Banco EFISA, fazem parte integrante.

As contribuições iniciais, efectuadas no final de 1994, foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2005 esta componente foi de 67%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

2.4.15 — *Sistema de indemnizações aos investidores.* — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, foi criado o sistema de indemnização aos investidores, destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a Instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela instituição.

Durante o exercício de 2006, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o sistema de indemnização aos investidores.

3 — Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

As IFRS determinam uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o conselho de administração efectue julgamentos e calcule estimativas necessárias, de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em determinadas situações as IAS/IFRS permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo conselho de administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras.

3.1 — Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda:

A imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda é determinada pelo Grupo quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor, o que requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal do preço das acções.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 — Justo valor dos instrumentos financeiros derivados:

O justo valor tem por base preços de cotação de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 — Imparidade de crédito:

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar, conforme descrito na nota n.º 2.4.4.

Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados, têm impacto nas estimativas efectuadas e consequentemente nos resultados consolidados do Grupo.

3.4 — Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs):

O Grupo não consolida as Entidades de Finalidade Especial (SPEs) em que não detém controlo. Ao ser, por vezes, difícil determinar se é exercido o controlo sobre uma SPE, é necessário efectuar um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessas SPEs (v. nota n.º 2.3).

A decisão de que uma SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados.

3.5 — Pensões e outros benefícios a empregados:

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Grupo para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6 — Impostos sobre rendimentos:

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de imposto sobre o rendimento, de acordo com diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e a utilização de estimativas.

O recurso a diferentes interpretações e estimativas poderia resultar num nível diferente de imposto sobre o rendimento, corrente e diferido, reconhecido no período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais, efectuadas pela SLN SGPS, S. A., pelas suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (ou seis anos no caso de existirem prejuízos reportáveis).

No entanto, é convicção dos conselhos de administração da SLN SGPS, S. A., suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, à data de 31 de Dezembro de 2006.

4 — Introdução das Normas Internacionais de Contabilidade:

4.1 — Impacto nos capitais próprios e nos resultados de 31 de Dezembro de 2005 da transição para as IAS/IFRS:

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global nos capitais próprios do Grupo SLN em 1 de Janeiro de 2006, no valor de 69 090 milhares de euros, relativamente ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o PCSB (incluindo interesses minoritários).

Ajustamentos de transição	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultado em 2005	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
Valores em PCSB	642 563	44 952	651 949
Alterações resultantes da introdução das IAS/IFRS:			
Concentração de actividades empresariais	IFRS 3 584	279	863
Impostos diferidos	IAS 12 12 413	2 605	15 018

Ajustamentos de transição		Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultado em 2005	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
Provisões	IAS 37	12 416	–	12 416
Taxa efectiva	IAS 32 e 39	(7 278)	(390)	(7 668)
Benefícios a empregados	IAS 19	(24 748)	(4 402)	(29 150)
Consolidação de SPE	IAS 27	(3 123)	38	(3 085)
Activos intangíveis	IAS 38	(6 515)	686	(5 829)
Outros instrumentos financeiros	IAS 39	(181)	(7)	(188)
Imparidade de crédito	IAS 39	(954)	–	(954)
Aplicação das IAS — Estrutura conceptual		(5 150)	(2 951)	(8 101)
Diferenças de conversão cambial	IAS 21	3 422	–	3 422
Acções próprias		(21 551)	–	(21 551)
Outros ajustamentos		(52 516)	1 691	(50 825)
Interesses minoritários		24 985	1 558	26 543
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005		574 366	44 059	582 859

4.2 — Principais diferenças entre as demonstrações financeiras PCSB e IAS:

Em 31 de Dezembro de 2005, o balanço consolidado do Grupo SLN, de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

Balanço consolidado

(Em milhares de euros)

	2005	
	PCSB (a) valor líquido	IAS valor líquido
Activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	300 298	305 884
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152 489	206 618
Activos financeiros detidos para negociação	64 231	75 853
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	–	303 396
Activos financeiros disponíveis para venda	214 228	124 487
Aplicações em instituições de crédito	34 803	71 537
Crédito a clientes	4 269 554	4 180 834
Derivados de cobertura	–	93
Outros activos tangíveis	53 424	220 671
Activos intangíveis	7 640	25 104
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação	201 486	187 328
Activos por impostos correntes	634	1 727
Activos por impostos diferidos	–	19 230
Provisões técnicas de resseguros cedido	–	17 204
Outros activos:		
Devedores por seguro directo e resseguro	–	19 601
Outros	317 440	424 135
Total do activo	5 616 227	6 183 702
Passivo:		
Recursos de bancos centrais	–	–
Passivos financeiros detidos para negociação	1 173	15 878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	–	268
Recursos de outras instituições de crédito	514 277	593 481
Recursos de clientes e outros empréstimos	3 948 282	3 912 688
Responsabilidades representadas por títulos	47 025	54 889
Derivados de cobertura	–	505
Provisões	59 657	697
Provisões técnicas	–	153 686
Passivos por impostos correntes	4 778	11 747
Passivos por impostos diferidos	–	5 093
Instrumentos representativos de capital	–	–
Outros passivos subordinados	200 000	200 367
Outros passivos:		
Credores por seguro directo e resseguro	–	309 080
Outros passivos	189 086	342 464
Total do passivo	4 964 278	5 600 843

(Em milhares de euros)

	2005	
	PCSB (a) valor líquido	IAS valor líquido
Capital próprio:		
Capital	470 925	470 925
Prémios de emissão	151 104	151 104
Outros instrumentos de capital	—	—
Acções próprias	—	(21 551)
Outras reservas e resultados transitados	(18 642)	(93 555)
Reservas de conversão cambial	—	1 724
Resultado líquido	44 952	44 059
Dividendos antecipados	—	—
Interesses minoritários	3 610	30 153
<i>Total do capital próprio</i>	<u>651 949</u>	<u>582 859</u>
<i>Total do passivo e do capital próprio</i>	<u>5 616 227</u>	<u>6 183 702</u>

(a) A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de balanço IAS, provoca variações nalgumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005, demonstração dos resultados consolidados do Grupo SLN, de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

Demonstração dos resultados consolidados

	2005	
	PCSB (a) valor líquido	IAS valor líquido
Juros e rendimentos similares	269 364	285 583
Juros e encargos similares	<u>126 860</u>	<u>129 285</u>
Margem financeira	142 504	156 298
Rendimentos de instrumentos de capital	14 919	548
Rendimentos de serviços e comissões	68 742	62 798
Encargos com serviços e comissões	11 678	30 815
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	118	17 085
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	—	2 138
Resultados de reavaliação cambial	1 389	1 733
Resultados de alienação de outros activos	189	2 094
Resultado líquido de resseguro	—	25 421
Outros resultados de exploração	<u>15 493</u>	<u>127 827</u>
Produto bancário/produto da actividade	<u>231 676</u>	<u>365 127</u>
Custos com pessoal	72 207	135 497
Gastos gerais administrativos	58 073	119 320
Amortizações do exercício	<u>15 736</u>	<u>26 408</u>
Custos operacionais	<u>146 016</u>	<u>281 225</u>
Provisões líquidas de reposições e anulações	(27 507)	(5 226)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	—	(28 676)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1 594)	310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	<u>(4 188)</u>	<u>792</u>
Resultado operacional	52 371	51 102
Diferenças de consolidação negativas	—	—
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	<u>5 021</u>	<u>9 749</u>
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	57 392	60 851
Impostos:		
Correntes	12 428	17 973
Diferidos	—	(2 747)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	<u>44 964</u>	<u>45 625</u>
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	—	—
Interesses minoritários	<u>12</u>	<u>1 566</u>
Resultado consolidado do exercício	<u>44 952</u>	<u>44 059</u>

(a) A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de demonstração dos resultados IAS, provoca variações nalgumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005.

5 — Relato por segmentos:

O Grupo adopta como formato principal de relato, o relato por segmento de negócios e o secundário o relato por área geográfica.

5.1 — Informação por segmentos de linhas de negócio:

	(Em milhares de euros)								
	<i>Corporate finance</i>	<i>Trading and sales</i>	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros	Total
Demonstração dos resultados:									
Juros e rendimentos similares	5 227	27 826	71 305	188 464	34	1	–	36 768	329 625
Juros e encargos similares	6 059	11 121	66 105	53 461	5	–	–	35 860	172 611
Margem financeira	(832)	16 705	5 200	135 003	29	1	–	908	157 014
Rendimentos de instrumentos de capital	214	467	–	38	–	–	–	6	725
Rendimentos de serviços e comissões	2 176	607	9 016	28 428	14 489	4 530	156	13 765	73 167
Encargos com serviços e comissões	318	3 318	306	1 451	106	1 354	–	25 764	32 617
Resultados de activos e passivos aval. ao justo valor através de resultados	–	3 143	–	(2 555)	–	13	–	22 448	23 049
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	–	1 407	(79)	966	(3)	–	–	674	2 965
Resultados de reavaliação cambial	–	2 549	–	544	–	(17)	–	(219)	2 857
Resultados de alienação de outros activos	–	–	–	2 329	–	–	–	15 839	18 168
Outros resultados de exploração	1 641	91	13 920	8 712	23	(238)	–	196 419	220 568
Produto da actividade	2 881	21 651	27 751	172 014	14 432	2 935	156	224 076	465 896
Custos com pessoal e fornecedores de serviços externos	35 054	878	25 137	71 024	3 530	2 812	–	163 700	302 135
Amortizações do exercício	237	185	482	4 798	89	25	–	25 530	31 346
Provisões e imparidade	(5)	(178)	(9 186)	(24 764)	(4)	1	–	(4 438)	(38 574)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	1 458	4 068	–	–	2 137	–	–	(1 093)	6 570
Resultado antes de imposto	(30 957)	24 478	(7 054)	71 428	12 946	99	156	29 315	100 411
Impostos e interesses minoritários	187	550	2 486	2 379	3 463	1	–	15 751	24 817
Resultado após imposto	(31 144)	23 928	(9 540)	69 049	9 483	98	156	13 564	75 594
Balanço:									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	–	527 884	469 395	32 227	–	631	–	91 384	1 121 522
Crédito a clientes	17 781	–	1 492 483	3 126 460	–	–	–	14 173	4 650 898
Activos financeiros	–	24 994	–	17 032	221	25	–	958 054	1 000 326
Outros activos	–	–	5 237	38 678	2 093	30 437	–	844 726	921 171
<i>Total do activo</i>	17 781	552 878	1 967 116	3 214 398	2 314	31 093	–	1 908 338	7 693 917
Depósitos de instituições de crédito	–	–	–	535 105	–	–	–	67 767	602 872
Depósitos de clientes	802	10 882	843 153	3 185 036	–	–	–	–	4 039 874
Outros passivos	–	2 053	4 729	61 624	(10 601)	37 555	–	2 329 099	2 424 459
<i>Total do passivo</i>	802	12 935	847 882	3 781 766	(10 601)	37 555	–	2 396 866	7 067 205
Capital próprio	560	413	8 831	11 438	8 074	66	–	597 330	626 712
<i>Total do passivo e capital próprio</i>	1 362	13 348	856 713	3 793 203	(2 527)	37 621	–	2 994 196	7 693 917

5.2 — Informação por segmentos de áreas geográficas:

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição dos principais segmentos geográficos apresentava o seguinte detalhe:

(Em milhares de euros)

	Portugal	Países da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Resto do Mundo	Total
Demonstração dos resultados:									
Juros e rendimentos similares	297 368	4 562	—	—	10 358	—	3 712	13 625	329 625
Juros e encargos similares	157 091	1 318	—	—	3 098	—	2 574	8 530	172 611
Margem financeira	140 277	3 244	—	—	7 260	—	1 138	5 095	157 014
Rendimentos de instrumentos de capital	(3 681)	—	—	—	6	—	—	4 400	725
Rendimentos de serviços e comissões	66 455	840	—	—	3 039	—	150	2 683	73 167
Encargos com serviços e comissões	30 473	280	—	—	618	1	—	1 245	32 617
Resultados de activos e passivos aval. ao justo valor através de resultados	23 740	—	—	—	(2 555)	—	(48)	1 912	23 049
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2 942	—	—	—	23	—	—	—	2 965
Resultados de reavaliação cambial	2 643	14	—	—	15	—	494	(309)	2 857
Resultados de alienação de outros activos	15 818	—	—	—	2 329	—	—	21	18 168
Outros resultados de exploração	191 626	19 698	—	222	6 292	—	2 669	61	220 568
Produto da actividade	409 347	23 516	—	222	15 791	(1)	4 403	12 618	465 896
Custos com pessoal e FSTs	279 490	7 178	—	250	11 212	—	1 323	2 682	302 135
Amortizações do exercício	29 924	594	—	13	581	—	234	—	31 346
Provisões e imparidade	(34 335)	(155)	—	—	(3 283)	—	(276)	(525)	(38 574)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	6 570	—	—	—	—	—	—	—	6 570
Resultado antes de imposto	72 168	15 588	—	(41)	716	(1)	2 570	9 411	100 411
Impostos e interesses minoritários	23 893	449	—	—	306	—	158	11	24 817
Resultado após imposto	48 275	15 139	—	(41)	410	(1)	2 412	9 400	75 594
Balanço:									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	953 029	35 716	—	120	26 329	—	8 598	97 730	1 121 522
Crédito a clientes	4 358 416	49 336	—	—	44 869	—	46 655	151 622	4 650 898
Activos financeiros	943 500	1 344	—	2 347	1 058	—	280	51 797	1 000 326
Outros activos	837 726	12 721	—	31 407	21 137	—	2 708	15 473	921 171
Total do activo	7 092 670	99 117	—	33 874	93 393	—	58 240	316 622	7 693 917
Depósitos de instituições de crédito	525 581	—	—	—	21 294	—	4	55 993	602 872
Depósitos de clientes	3 340 435	78 722	—	—	5 884	—	251 535	363 298	4 039 874
Outros passivos	2 175 700	12 159	—	1 714	32 919	—	1 415	200 552	2 424 459
Total do passivo	6 041 716	90 881	—	1 714	60 097	—	252 954	619 843	7 067 205
Capital próprio	619 235	11 974	—	(1 195)	2 470	—	(7 109)	1 338	626 712
Total do passivo e capital próprio	6 660 951	102 855	—	519	62 566	—	245 845	621 180	7 693 917

6 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)	
	2006	2005 Pró-forma
Caixa	85 315	78 170
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
No Banco de Portugal	265 525	226 626
Em bancos centrais estrangeiros	1 565	1 088
Juros a receber	—	—
	<u>352 405</u>	<u>305 884</u>

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

O BPN e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável, sobre esta matéria, o disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu.

De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

7 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	65 149	59 386
Cheques a cobrar	173 289	95 920
Outras disponibilidades	—	—
	<u>238 438</u>	<u>155 306</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	295 197	42 847
Cheques a cobrar	6 628	8 331
Outras disponibilidades	18	88
	<u>301 843</u>	<u>51 266</u>
Juros a receber	<u>290</u>	<u>46</u>
	<u>540 571</u>	<u>206 618</u>

O saldo da rubrica de cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país corresponde a cheques sacados por terceiros, sobre outras instituições residentes, os quais em geral não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

8 — Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Activos financ. detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida:		
De emissores públicos nacionais	47 823	—
De outros emissores públicos nacionais	—	—

	2006	2005 Pró-forma
De emissores públicos estrangeiros	3 550	4 933
De outros emissores nacionais	7 751	10 286
De organismos financeiros internacionais	724	986
De outros emissores estrangeiros	<u>34 023</u>	<u>35 774</u>
	<u>93 871</u>	<u>51 979</u>
Instrumentos de capital:		
De emissores nacionais	—	233
De emissores estrangeiros	<u>2 767</u>	<u>—</u>
	<u>2 767</u>	<u>233</u>
Outros títulos	<u>18 603</u>	<u>7 373</u>
Instrumentos deriv. de negociação (8.1)	<u>30 823</u>	<u>16 268</u>
	<u>146 064</u>	<u>75 853</u>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida:		
De emissores públicos nacionais	—	—
De outros emissores públ. nacionais	—	—
De emissores públicos estrangeiros	2 891	28 956
De outros emissores nacionais	5 491	6 631
De organismos financeiros internacionais	140 520	135 543
De outros emissores estrangeiros	<u>42 954</u>	<u>45 282</u>
	<u>191 856</u>	<u>216 412</u>
Instrumentos de capital:		
De emissores nacionais	23 633	6 277
De emissores estrangeiros	<u>28 933</u>	<u>20 966</u>
	<u>52 566</u>	<u>27 243</u>
Outros títulos	<u>87 239</u>	<u>59 741</u>
Outros activos titularizados não desconhecidos	—	—
	<u>331 661</u>	<u>303 396</u>
	<u>477 725</u>	<u>379 249</u>

8.1 — Derivados:

A rubrica de instrumentos derivados de negociação com justo valor positivo tem a seguinte composição:

	Valor nacional	Valor de balanço	
		2006	2005
Cotados em bolsa:			
Contratos de taxa de câmbio:			
Swaps	—	—	—
Futuros	1 060 679	2 052	1 819
Contratos de taxa de juro:			
Swaps	—	—	—
Futuros	609	111	137
Contratos sobre acções:			
Swaps	89 650	7 618	4 695
Futuros	1 150	1 872	486

(Em milhares de euros)

	Valor nocial	Valor de balanço	
		2006	2005
Mercado de balcão:			
Contratos de taxa de câmbio:			
<i>Swaps</i>	224 533	114	195
<i>Futuros</i>	53 792	33	—
Contratos de taxa de juro:			
<i>Swaps</i>	1 429 128	10 289	5 677
<i>Equity swaps</i>	107 912	6 234	—
<i>Opções</i>	161 290	1 659	—
<i>Swaps</i> — eventos de crédito	75 930	10	3 039
Contratos sobre acções:			
<i>Swaps</i>	11 165	131	—
		<u>30 823</u>	<u>16 268</u>

A rubrica de derivados de cobertura tem a seguinte composição:

	2006		2005		
	Valor nocial	Valor de balanço		Valor de balanço	
		Activ.	Passiv.	Activ.	Passiv.
Cobertura de justo valor:					
<i>Swaps:</i>					
Taxa de juro	4 235	79	221	—	20
Cobertura de fluxos de caixa:					
<i>Swaps:</i>					
Divisas	13 602	—	393	93	485
		<u>79</u>	<u>614</u>	<u>93</u>	<u>505</u>

9 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Instrumentos de dívida:		
De emissores públicos nacionais	230 502	30 373
De emissores públicos estrangeiros	1 053	3 678
De outros emissores nacionais:		
Dívida não subordinada	84	81
Dívida subordinada	14 650	7 891
De outros emissores estrangeiros:		
Operações de titularização	—	99
Dívida não subordinada	10 184	11 855
Dívida subordinada	6 355	7 743
	<u>262 828</u>	<u>61 720</u>
Instrumentos de capital:		
De emissores nacionais:		
Valorizados ao justo valor	390	512
Valorizados ao custo histórico	5	—
De emissores estrangeiros:		
Valorizados ao justo valor	3 761	3 764
Valorizados ao custo histórico	—	8
	<u>4 156</u>	<u>4 284</u>
Outros títulos:		
Valorizados ao justo valor	36 516	30 251
Valorizados ao custo histórico	14 542	29 421
	<u>51 058</u>	<u>59 672</u>
Imparidade	(1)	(1 189)
	<u>318 041</u>	<u>124 487</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	(Em milhares de euros)						
		Valores unit. (euros)		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		Nominal	Preço					
Instrumentos de dívida:								
De emissores públicos nacionais	235 343 800	-	-	230 515	230 502	84	143	-
OT — Agosto 2007	110 000	0,01	1,01	112	111	-	-	-
OT — Julho 2009	110 000	0,01	1,00	111	110	-	-	-
BTs 18-05-07	100 000 000	1,00	0,99	98 619	98 660	41	-	-
BTs 23-03-07	100 000 000	1,00	0,99	99 178	99 220	42	-	-
OT — Agosto 02/07	150 000	1,00	1,01	153	152	-	2	-
OT — Julho 99/09	1 265 000	1,00	1,00	1 296	1 265	-	31	-
OT — Julho 04/08	28 150 000	1,00	0,99	27 935	27 883	-	53	-
OT — Julho 2008	3 000 000	1,00	1,01	3 028	3 016	-	57	-
OT — Abril	60 000	1,00	1,00	59	60	-	-	-
OT — Maio 2010	1 898 800	0,01	0,01	18	19	1	-	-
OT — Julho 2009	600 000	0,01	0,01	6	6	-	-	-
De emissores públicos estrangeiros	1 000	-	-	832	1 053	2	-	-
LTF 19-12-2007 — 20-09-2002	340	120,92	1,05	273	358	1	-	-
LTF 19-12-2007 — 20-09-2003	545	193,83	1,05	438	574	1	-	-
LTF 19-12-2007 — 20-09-2004	115	40,90	1,05	121	121	-	-	-
De outros emissores nacionais	14 735 000	-	-	14 735	14 734	-	-	-
Dívida não subordinada	85 000	-	-	85	84	-	-	-
Obrigações de caixa — SFE	85 000	1,00	0,99	85	84	-	-	-
Dívida subordinada	14 650 000	-	-	14 650	14 650	-	-	-
Chaves SME Clo N.º 1 — C	5 050 000	1,00	1,00	5 050	5 050	-	-	-
Chaves SME Clo N.º 1 — E	9 600 000	1,00	1,00	9 600	9 600	-	-	-
De outros emissores estrangeiros	20 099 112	-	-	16 036	16 539	320	3	-
Dívida não subordinada	12 125 000	-	-	9 681	10 184	320	3	-
K (2) Corp.(Capital Notes)	2 000 000	0,76	0,77	1 519	1 534	-	-	-
Jubil V-X-W	1 325 000	1,00	1,04	1 325	1 376	39	-	-
BNP Paribas	3 500 000	0,76	0,63	1 898	2 216	221	-	-
Promise PLC	1 000 000	1,00	1,01	1 000	1 007	-	-	-
EURLTD Float 09	500 000	1,00	0,77	380	384	-	3	-
Exum 2006 4xd	1 000 000	1,00	0,76	759	761	-	-	-
Harbm 5X B 2E	800 000	1,00	1,04	800	830	27	-	-
Harbm 6X B2	1 000 000	1,00	1,05	1 000	1 048	33	-	-
Harbm 2X B2	1 000 000	1,00	1,03	1 000	1 028	-	-	-

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valores unit. (euros)		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		Nominal	Preço					
Dívida subordinada	7 974 112	–	–	6 355	6 355	–	–	–
K2 Corp. (Capital Notes) 02-12-22	7 903 268	1,00	0,76	6 001	6 001	–	–	–
Investment Circle Bonds	70 844	1,00	5,00	354	354	–	–	–
	<u>270 178 912</u>			<u>262 118</u>	<u>262 828</u>	<u>406</u>	<u>146</u>	<u>–</u>
Instrumentos de capital:								
De emissores nacionais	155 732	–	–	1 462	395	15	582	(1)
Valorizados ao justo valor	154 788	–	–	1 457	390	15	582	(1)
Nextpart, SGPS, S. A.	76 661	1,00	1,80	138	138	–	–	–
Banif, SGPS — Nominativas	12 500	1,00	5,30	51	66	15	–	–
Calzeus, S. A.	63 428	22,02	2,82	1 258	179	–	582	–
BCP	553	2,80	4,99	2	3	–	–	–
PT	561	9,84	3,16	6	2	–	–	(1)
EDP	1 085	2,09	2,09	2	2	–	–	–
Valorizados ao custo histórico	944	–	–	5	5	–	–	–
Real Seguros	944	5,00	4,99	5	5	–	–	–
De emissores estrangeiros	80 000	–	–	3 761	3 761	–	–	–
Valorizados ao justo valor	80 000	–	–	3 761	3 761	–	–	–
Investments Circle, S. A.	80 000	1,00	47,02	3 761	3 761	–	–	–
	<u>235 732</u>			<u>5 223</u>	<u>4 156</u>	<u>15</u>	<u>582</u>	<u>(1)</u>
Outros títulos:								
Valorizados ao justo valor	20 157 735	–	–	52 163	36 516	664	10	–
Fundo Invest. BPN Acções	250 000	5,00	6,45	10 722	1 613	366	–	–
Fundo Invest. BPN Imonegócios	543 749	5,00	6,53	15 613	3 550	67	–	–
Imosocial — Fund. Inv. Imobiliário	1 749 276	5,00	6,26	4 500	10 948	225	–	–
Chaves SME CLO N.º 1 — F	15 613 000	1,00	1,00	2 050	15 613	–	–	–
Papel Comercial — Inapa	1 000 000	1,00	2,02	2 050	2 021	6	–	–
Papel Comercial — Cima, S. A.	1 000 000	1,00	1,26	14 228	1 262	–	10	–
BPN Tesouraria	210	5,00	5,30	1 500	1	–	–	–
SPPM	1 500	1 000,00	1 000,00	1 500	1 500	–	–	–
Coop. Bralupo Bragança	–	–	–	–	8	–	–	–
Valorizados ao custo histórico	14 712 845	–	–	14 228	14 542	–	–	–
Aquilae 2006 — 1X Z	1 500 000	1	1	1 500	1 507	–	–	–
Aurum Investments, S. A.	1 000 000	1	1	996	1 006	–	–	–

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valores unit. (euros)		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		Nominal	Preço					
Xelo PLC Float 201213	1 000 000	1	1	1 000	992	-	-	-
Zela Fin G. S. T. 111 Float 2.	2 000 000	1	1	1 519	1 536	-	-	-
Excellence Assets Funds	18 084	1	1	18	18	-	-	-
Leverage India Fund	3 796 507	1	1	3 797	3 910	-	-	-
Rio Hotel e Casino	1 898 254	1	1	1 898	2 043	-	-	-
Luso Carbon Fund	1 500 000	1	1	1 500	1 500	-	-	-
Sedna Finance Corporation	2 000 000	1	1	2 000	2 030	-	-	-
	34 870 580			66 391	51 058	664	10	-
	305 285 224			333 732	318 042	1 085	738	(1)

10 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Aplicações em instit. de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário	1 550	1 550
Aplicações a muito curto prazo	-	-
Depósitos	18 865	40 655
Empréstimos	300	-
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	483	2 420
Juros a receber	1 364	1 077
Receitas diferidas	-	-
	<u>22 562</u>	<u>45 702</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Aplicações a muito curto prazo	22 670	5 466
Depósitos	8 420	9 097
Empréstimos	86 286	5 410
Operações de compra com acordo de revenda	1 519	1 695
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	84 718	3 170
Juros a receber	2 427	1 048
Receitas diferidas	(46)	(51)
Provisões	-	-
	<u>205 994</u>	<u>25 835</u>
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	-	-
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido)	-	-
	<u>228 556</u>	<u>71 537</u>
Imparidade	-	-
	<u>228 556</u>	<u>71 537</u>

11 — Crédito a clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Crédito não titulado:		
Interno:		
Desconto	303 774	314 514
Empréstimos	735 957	964 673
Créditos em conta corrente	1 566 095	1 483 251
Descobertos em depósitos à ordem ..	88 030	97 928
Créditos tomados — <i>factoring</i>	120 490	104 851
Locação financeira	288 040	283 276
Operações de compra com acordo de revenda	-	-
Outros créditos	637 231	501 933
Juros a receber	21 553	18 730
Receitas diferidas	-	(1 979)
	<u>3 761 170</u>	<u>3 767 177</u>
Ao exterior:		
Desconto	9 522	8 251
Empréstimos	108 759	108 625
Créditos em conta corrente	265 327	242 187

	(Em milhares de euros)	
	2006	2005 Pró-forma
Descobertos em depósitos à ordem ...	32 086	34 548
Créditos tomados — <i>factoring</i>	8 442	5 445
Locação financeira	1 109	—
Operações de compra com acordo de revenda	—	—
Outros créditos	59 948	41 232
Juros a receber	8 196	4 312
Receitas diferidas	—	(237)
	<u>493 389</u>	<u>444 363</u>
Crédito titulado	—	—
Activos titularizados não desreconhecidos:		
Crédito a clientes:		
Crédito interno	405 288	—
Crédito ao exterior	—	—
Outros créditos e valores a receber ...	—	—
Juros a receber	1 848	—
	<u>407 136</u>	<u>—</u>
Crédito e juros vencidos	126 459	99 359
Correc. de valor de act. objecto de cobert.	(14)	111
Com. assoc. ao custo amortiz. (líquido) ...	—	—
	<u>126 445</u>	<u>99 470</u>
Imparidade	(137 242)	(130 176)
	<u>4 650 898</u>	<u>4 180 834</u>

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	2006	2005 Pró-forma
Até três meses	1 459 181	1 239 523
De três meses a um ano	1 472 835	1 361 069
De um ano a cinco anos	1 018 153	908 849
Mais de cinco anos	777 786	735 148
Duração indeterminada	60 185	66 421
	<u>4 788 140</u>	<u>4 311 010</u>

No Grupo SLN, SGPS, a carteira de crédito a clientes, no final de 2006, encontra-se distribuída pelas seguintes instituições:

	2006	2005	Variação anual (percent.)	Perc. no total do crédito
BPN, S. A.	3 677 177	3 285 986	11,9	76,7
Banco Efisa	238 381	200 985	18,6	5,0
BPN Cayman	153 069	155 616	— 1,6	3,2
BPN IFI	46 886	51 131	— 8,3	1,0
BPN Crédito, IFIC	626 078	578 553	8,2	13,1
BPN Brasil	46 549	38 739	20,2	1,0
BPN Créditos Brasil	—	—	—	—
<i>Total</i>	<u>4 788 140</u>	<u>4 311 010</u>	<u>11,1</u>	<u>100,0</u>

Por sectores de actividade, o crédito bruto apresenta a seguinte distribuição:

	2006	2005	Variação anual (percent.)	Perce- tagem no total do crédito
Agricultura, silvicultura, caça e pescas	62 211	52 434	18,6	1,3
Indústrias extractivas	43 618	38 199	14,2	0,9
Alimentação, bebidas e tabacos	69 785	57 001	22,4	1,5
Têxteis	86 182	73 131	17,8	1,8
Madeira e cortiça	35 148	33 997	3,4	0,7
Papel, artes gráficas e editoras	34 337	34 138	0,6	0,7
Químicas e actividades conexas	30 993	27 522	12,6	0,6
Produtos minerais não metálicos	80 899	78 963	2,5	1,7
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	65 921	58 748	12,2	1,4
Fabrico de mobiliário e outras indústrias transformadoras	82 930	76 445	8,5	1,7
Electricidade, água e gás	17 358	11 910	45,7	0,4
Construção	573 862	506 139	13,4	12,0
Actividades imobiliárias	811 450	739 021	9,8	16,9
Comércio a retalho (excepto de veículos)	156 949	134 162	17,0	3,3
Comércio por grosso e agentes de comércio	368 449	321 794	14,5	7,7
Comércio, manutenção e reparação de veículos	90 408	87 223	3,7	1,9
Restaurantes e hotéis	108 744	95 382	14,0	2,3
Transporte, armazenagem e comunicações	55 352	91 308	— 39,4	1,2
Outras actividades de serviços prestados	465 156	264 655	75,8	9,7
Intermediação financeira	253 479	147 570	71,8	5,3
Outros	214 188	479 123	— 55,3	4,5
Particulares	1 080 721	902 145	19,8	22,6
<i>Total</i>	<u>4 788 140</u>	<u>4 311 010</u>	<u>11,1</u>	<u>100,0</u>

13 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

	2005		Aqui- sições	Reava- liações	Alienações e abates	Transfe- rências	Amortização do exercício	Saldo em 2006	Ajustam. IAS	Saldo em 2006 (IAS)
	Valor bruto	Amortizações acumuladas								
Imóveis em uso:										
Imóveis de serviço próprio	78 384	(18 338)	17 951	(147)	(37)	1 242	(2 498)	76 557	(386)	76 171
Outros imóveis	7 908	(1 538)	3 491	—	(3)	11	(405)	9 464	(98)	9 366
Obras em imóveis arrendados	22 872	(10 059)	1 159	—	(42)	448	(2 256)	12 122	—	12 122
	<u>109 164</u>	<u>(29 935)</u>	<u>22 601</u>	<u>(147)</u>	<u>(82)</u>	<u>1 701</u>	<u>(5 159)</u>	<u>98 143</u>	<u>(484)</u>	<u>97 659</u>
Equipamento:										
Mobiliário e material	14 000	(8 407)	1 295	—	(97)	1	(1 415)	5 377	—	5 377
Máquinas e ferramentas	45 958	(25 399)	12 025	—	(67)	260	(3 737)	29 040	—	29 040
Equipamento informático	27 499	(20 289)	5 089	—	(610)	3 610	(4 903)	10 396	—	10 396
Instalações interiores	4 219	(3 521)	442	—	(5)	—	(337)	798	—	798
Material de transporte	6 901	(4 559)	1 905	—	(700)	(17)	(961)	2 569	—	2 569
Equipamento segurança	2 313	(1 126)	208	—	(51)	2	(259)	1 087	—	1 087
Outro equipamento	54 539	(23 800)	28 202	—	(5 698)	—	(7 785)	45 458	66	45 524
	<u>155 429</u>	<u>(87 101)</u>	<u>49 166</u>	<u>—</u>	<u>(7 228)</u>	<u>3 856</u>	<u>(19 397)</u>	<u>94 725</u>	<u>66</u>	<u>94 791</u>
Equipamento em locação operacional	14 777	(5 422)	67	—	(2 260)	—	(2 402)	4 760	—	4 760
Equipamento em locação financeira	7 959	(5 033)	585	—	—	—	(616)	2 895	—	2 895
Activos tangíveis em curso	58 033	—	64 311	—	(2 447)	(13 586)	—	106 311	(166)	106 145
Outros activos tangíveis	3 252	(452)	1 438	—	(565)	(850)	370	3 193	—	3 193
	<u>84 021</u>	<u>(10 907)</u>	<u>66 401</u>	<u>—</u>	<u>(5 272)</u>	<u>(14 436)</u>	<u>(2 648)</u>	<u>117 159</u>	<u>(166)</u>	<u>116 993</u>
	<u>348 614</u>	<u>(127 943)</u>	<u>138 168</u>	<u>(147)</u>	<u>(12 582)</u>	<u>(8 879)</u>	<u>(27 204)</u>	<u>310 027</u>	<u>(584)</u>	<u>309 443</u>

14 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

	2005		Aqui- sições	Alienações e abates	Transfe- rências	Amortização do exercício	Saldo em 2006	Ajustam. IAS	Saldo em 2006 (IAS)
	Valor bruto	Amortizações acumuladas							
Sistemas de tratamento automático de dados	11 444	(9 893)	719	(451)	—	(1 152)	667	—	667
Outros activos intangíveis	29 969	(16 600)	3 589	(226)	117	(2 990)	13 859	480	14 339
	<u>41 413</u>	<u>(26 493)</u>	<u>4 308</u>	<u>(677)</u>	<u>117</u>	<u>(4 142)</u>	<u>14 526</u>	<u>480</u>	<u>15 006</u>
Activos intangíveis em curso	10 184	—	15 468	(455)	(549)	—	24 648	—	24 648
	<u>51 597</u>	<u>(26 493)</u>	<u>19 776</u>	<u>(1 132)</u>	<u>(432)</u>	<u>(4 142)</u>	<u>39 174</u>	<u>480</u>	<u>39 654</u>

15 — Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)							
	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Método consolidado		Participante	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Acacia Real Estate	1,7	—	1 329	—	Custo	—	EFISA	—
Cervejas Nampula	7,6	7,5	1 099	507	Custo	Custo	Partinvest SGPS	SLN Madeira
Banco Africa Ocidental	8,7	8,6	178	178	Custo	Custo	Efisa	Efisa
BDCMoçambique	9,96	9,96	549	607	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Locagest	19,96	19,96	16	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
PME Capital	0,02	0,02	9	9	Custo	Custo	Efisa, BPN, S. A.	BPN, S. A., Efisa
PME Investimento	0,02	0,02	9	9	Custo	Custo	Efisa, BPN, S. A.	BPN, S. A., Efisa
EfisaCar	19,76	19,74	732	732	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Fenton Ventures & Resources INC	19,96	—	1	—	Custo	—	Efisa	—
Schoolgest	15,97	19,96	10	10	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Ergorent	19,96	19,96	3	3	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Sensorent	19,96	19,96	5	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Velmax	7,98	7,98	15	16	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Moçambique C Seguros	4,49	4,49	31	35	Custo	Custo	Efisa	Efisa
CG Moçambique	19,19	19,96	6	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Payshop Moçambique, S. A. R. L.	19,96	19,96	101	112	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent	19,96	19,96	18	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent Ibérica	19,96	19,96	6	6	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Avipronto — Produtos Alimentares	40,5	40,5	5 464	8 820	MEP	MEP	Efisa, FIQEFISA	Efisa, FIQEFISA
CEL Fogueteiro	19,96	19,96	848	848	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Calzeus	13,23	13,23	1 258	1 079	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Bypass	44,91	44,91	23	12	MEP	MEP	Efisa	Efisa
Fund BOX	3,64	2,92	208	208	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Disperfum SL	9,82	6,98	754	444	Custo	Custo	Efisa	Efisa
ERGI (1)	—	20,0	—	882	—	Custo	—	SLN Madeira
Cimpofin	18,7	18,7	648	648	Custo	Custo	SLN Internacional	BPN, S. A.
Coimbra Vita	11,07	11,07	49	66	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
AMB	11,00	11,00	94	94	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Quartenaire Portugal	16,4	16,4	40	40	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
ADRAVE	6,4	6,4	19	25	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
INEGI	3,0	—	50	—	Custo	—	BPN, S. A.	—
SIBS	0,4	0,4	2 342	2 342	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
UNICRE	0,3	0,3	99	107	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Entigere	10,0	10,0	100	100	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Montes Serranos (a)	—	40,0	—	2 104	—	Custo	Real Seguros	Real Seguros
Nossa	35,4	35,4	660	1 751	MEP	MEP	Real Seguros	Real Seguros
Imoglobal (b)	30,2	28,2	42 587	50 733	MEP	MEP	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida
Imoreal (b)	44,2	41,1	94 340	74 679	MEP	MEP	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida
SGF — Soc. Gest. Fundos Pensões, S. A.	9,8	9,8	130	132	Custo	Custo	AVS	AVS
Lusenerg	—	10,0	—	5	—	Custo	—	SLN SGPS
Planfin	19,5	19,5	47	47	Custo	Custo	SLN SGPS	SLN SGPS
Marinapart, SGPS	30,0	30,0	6 339	9 612	MEP	MEP	SLN SGPS	SLN SGPS
ABZ	50,0	50,0	3	3	Custo	Custo	SLN SGPS	SLN SGPS

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Método consolidado		Participante	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Siresp	33,0	33,0	907	21	MEP	MEP	Datacomp	Datacomp
Oakleigh	100,0	100,0	228	228	Custo	Custo	SLN Internacional	SLN Internacional
Alborada	100,0	100,0	1 155	1 155	Custo	Custo	SLN Internacional	SLN Internacional
Urbinegócios	15,0	8,0	900	900	Custo	Custo	Part. Imobiliária	Part. Imobiliária
Qta Torre	15,0	15,0	1 746	1 746	Custo	Custo	Part. Imobiliária	Part. Imobiliária
Parvir	–	8,0	–	310	–	Custo	–	Part. Imobiliária
Morais e Cabral	26,0	26,0	10	10	MEP	MEP	Partinvest SGPS	Partinvest SGPS
Nordica	–	100,0	–	3 000	–	Custo	–	Plêiade
Pleiade Investissement	100,0	100,0	158	158	Custo	Custo	Plêiade	Plêiade
Omni	18,4	18,4	1 064	1 064	Custo	Custo	Plêiade	Plêiade
Bragafin	20,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Bullfin	15,0	15,0	8	8	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Classe Mercados	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Espinho Fin	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Feirafin	10,0	10,0	3	3	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Finmaiacor	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Finocal	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Peninsulafin, L. ^{da}	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Profactors	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
R. Duarte & S. Vicente, L. ^{da}	2,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Spot — Gestão Financeira, L. ^{da}	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Tradeoff, L. ^{da}	10,0	10,0	2	2	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Aveimercados, S. A.	7,7	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Finmat, S. A.	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Leirimercados, S. A.	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Lojafin, S. A.	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Sinase, S. A.	51,0	50,7	38	38	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Sintrafin	10,0	10,0	10	10	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
S. J. Mercados	10,0	10,0	10	10	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
BPN Créditos Corretora de Seguros, Ltd.	–	79,8	–	7	–	Custo	–	BPN Brasil
M. Martins da Silva, L. ^{da}	100,0	100,0	6	6	–	Custo	–	CEDIMA
TGR Técnica	100,0	100,0	1	1	Custo	Custo	Datacomp	Datacomp
EDP	–	–	2	2	Custo	Custo	Datacomp	Datacomp
BCP	–	–	6	6	Custo	Custo	Datacomp	Datacomp
Independente	1,1	1,1	100	100	Custo	Custo	Geslusa	Geslusa
HCC, S. A.	5,0	5,0	550	550	Custo	Custo	Geslusa	Geslusa
Campus XXI	15,0	15,0	25	36	Custo	Custo	IMI	IMI
SP PM	50,0	50,0	–	1 500	–	Custo	Inapal	Inapal
C. E. I. I. A.	3,0	3,0	15	15	Custo	Custo	Inapal	Inapal
Acecia, ACE	16,7	16,7	10	10	Custo	Custo	Inapal	Inapal
Sogepin, L. ^{da}	19,8	–	10	–	Custo	–	Inapal	–
Olivimo	20,0	20,0	3 000	3 000	Custo	Custo	Partenon	Partenon
Nauinvest	35,0	–	635	–	Custo	–	Partenon	–
SAC Varosa	49,5	49,5	5 990	5 387	MEP	MEP	Partinvest	Partinvest
Sorel	19,5	19,5	3 424	1 907	Custo	Custo	SLN CAR	SLN CAR
Bizzfirst	51,0	9,0	–	8	–	Custo	SLN NT	SLN NT
Autolote	–	100,0	–	50	–	Custo	–	SLV

(Em milhares de euros)

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Método consolidado		Participante	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Hospiserve, L. ^{da}	50,0	50,0	1	1	Custo	Custo	SMN	SMN
Unidade do Coração, L. ^{da}	14,2	14,2	26	22	Custo	Custo	SMN	SMN
CPD-Centro Port. Saúde no Trabalho	—	71,2	—	1 224	Custo	Custo	SMN	SMN
GPD	71,2	71,2	14	156	Custo	Custo	SMN	SMN
Sotor	—	—	—	50	—	Custo	—	TURIVISA
Marina Barra	50,0	50,0	1 250	1 250	MEP	MEP	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Swift	0,6	—	17	—	Custo	—	BPN, S. A.	—
LUKH	50,0	50,0	—	97	MEP	MEP	GPSaúde	GPSaúde
4M	15,0	15,0	46	46	Custo	Custo	Part. Imobiliária	GPSaúde
Imalis	12,8	—	61	—	Custo	—	GPSaúde	—
Imogran	12,9	—	44	—	Custo	—	GPSaúde	—
Nascimento e Sousa	12,9	—	10	—	Custo	—	GPSaúde	—
Dywidag	50,0	50,0	34	28	MEP	MEP	Part. Imobiliária	Part. Imobiliária
Emmedi	34,0	34,1	85	60	MEP	MEP	Seac Banche	Seac Banche
J. Umbelino Monteiro, S. A. (d)	19,5	—	1 026	—	Custo	—	FIQEFISA	—
Sogefran — Soc. Gestora Franchising	19,5	19,5	87	136	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Telhas JM (a)	—	19,5	—	1 130	—	Custo	—	FIQEFISA
Corte Fino	12,3	12,3	250	480	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
SRE — Sol Racionais de Energia	15,0	15,0	799	541	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Polimaia SGPS	25,9	25,9	2 910	2 363	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Rodricarnes (d)	45	—	1 323	—	Custo	—	FIQEFISA	—
Helvética (a)	—	35,2	—	400	—	Custo	—	FIQEFISA
Wellness (d)	21,4	—	750	—	Custo	—	FIQEFISA	—
Carlife — Centro Manutenção de VA	46,7	40,0	1 260	1 000	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Spidouro, S. A.	0,8	0,8	7	8	Custo	Custo	Sortegel	Sortegel
			190 273	187 328				

(a) A participação foi alienada no decurso do exercício de 2006.

(b) Aumento na participação.

(c) A participação no exercício de 2006 consolida pelo método integral.

(d) Participação adquirida no exercício de 2006.

16 — Impostos:		2006	2005 Pró-forma				
Esta rubrica tem a seguinte composição:							
		(Em milhares de euros)					
	2006	2005 Pró-forma					
Activos por impostos correntes:			Passivos por impostos correntes:				
IRC a recuperar	2 910	1 723	IRC a pagar				
Outros	404	4	Outros				
	3 314	1 727	12 318				
			4 478				
			16 796				
			11 747				
			Passivos por impostos diferidos:				
			Por diferenças temporárias				
			Por créditos fiscais				
			4 682				
			5 093				
			4 682				
			5 093				
Activos por impostos diferidos			961				
Por diferenças temporárias	17 863	15 461	4 116				
Por prejuízos fiscais	1 262	3 768					
	19 125	19 229	17 — Provisões técnicas:				
			Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo Vida:				
			2005	Ajusta- mentos IAS/IFSR	2005 pró-forma	Aumentos/ reduções	2006
Provisão matemática:							
De seguro directo	303 488	(274 225)	29 263	1 272	30 535		
De resseguro cedido	5 238	—	5 238	(2 131)	3 107		
Provisão para sinistros:							
De seguro directo	8 770	—	8 770	(2 821)	5 949		
De resseguro cedido	3 131	—	3 131	(433)	2 698		
Provisão para participação nos resultados:							
De seguro directo	192	(192)	—	183	183		
De resseguro cedido	—	—	—	—	—		
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	27 696	(27 696)	—	—	—		
	331 777	(302 113)	29 664	1 198	30 862		
Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo não Vida:							
	2005	Ajusta- mentos IAS/IFSR	2005 pró-forma	Aumentos/ reduções	2006		
Provisão para prémios não adquiridos:							
De seguro directo	27 276	—	27 276	614	27 890		
De resseguro cedido	5 459	—	5 459	102	5 561		
Provisão para sinistros:							
De seguro directo	88 252	—	88 252	14 300	102 552		
De resseguro cedido	3 376	—	3 376	3 902	7 278		
Provisão para desvios de sinistralidade	272	(272)	—	24	24		
Outras provisões técnicas:							
De seguro directo	125	—	125	406	531		
De resseguro cedido	—	—	—	—	—		
	107 090	(272)	106 818	11 340	118 158		
<i>Total das provisões técnicas</i>	438 867	(302 385)	136 482	12 538	149 020		

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as base técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos

de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos, que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto, é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;

Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as base técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo

ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com bases nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;

Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

18 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Devedores por seguro directo e resseguro	21 623	21 583
Imparidade	(4 629)	(1 982)
	<u>16 994</u>	<u>19 601</u>
Devedores, outras aplicações e outros activos:		
Devedores por operações sobre futuros e opções	4 717	2 801
Aplicações diversas	19 158	42 211
Sector público administrativo	16 528	12 357
Devedores diversos	298 787	190 959
	<u>339 190</u>	<u>248 328</u>
Outros activos:		
Ouro	-	-
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	31	4
Outros activos	73 413	50 187
	<u>73 444</u>	<u>50 191</u>
Imparidade	(16 529)	(14 075)
	<u>396 105</u>	<u>284 444</u>
Rendimentos a receber:		
Juros e rendimentos similares	1 740	21 991
Outros rendimentos a receber	9 794	3 845
	<u>11 534</u>	<u>25 836</u>
Despesas com encargo diferido:		
Outras operações activas (associadas ao custo amortizado)	-	-
Outras despesas com encargo diferido ...	22 765	13 415
	<u>22 765</u>	<u>13 415</u>
Fundo de pensões:		
Contribuições para o fundo de pensões	(71)	-
Desvios actuariais	8 951	8 188
Outros elementos	-	-
	<u>8 880</u>	<u>8 188</u>
Encargos a pagar:		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações activas	(1 121)	(464)
Receitas com rendimento diferido:		
Devedores, outras aplicações e outros activos	-	-
Outras operações activas (associadas ao custo amortizado)	(66)	(72)
	<u>(66)</u>	<u>(72)</u>

Outras contas de regularização:

	2006	2005 Pró-forma
Posição cambial	28	1 513
Operações cambiais a liquidar	9 112	14 074
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	10 429	11 976
Outras operações a regularizar	28 583	22 269
	<u>48 152</u>	<u>49 832</u>
	<u>90 144</u>	<u>96 735</u>
Activos recebidos em dactção por recuperação de créditos:		
Imóveis	43 222	43 634
Equipamento	556	601
Outros activos tangíveis	26	25
Outros activos	-	-
	<u>43 804</u>	<u>44 260</u>
Imparidade	(1 858)	(1 304)
Passivos	-	-
	<u>41 946</u>	<u>42 956</u>
	<u>545 189</u>	<u>443 736</u>

19 — Recursos de bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Recursos do Banco de Portugal:		
Mercado monetário interbancário	-	-
Depósitos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Recursos de outros bancos centrais:		
Recursos a muito curto prazo	77	-
Depósitos	-	-
Empréstimos	-	-
	<u>77</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	-	-
	<u>77</u>	<u>-</u>

20 — Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Vendas a descoberto	-	-
Empréstimos de títulos	-	-
Outros passivos financeiros	27 768	15 878
<i>Swaps</i> :		
Taxa de juro	7 206	3 453
Equity <i>Swaps</i>	9 444	7 049
Eventos de crédito	3	-
Futuros:		
Taxa de juro	-	-

(Em milhares de euros)

	2006	2005 Pró-forma
Opções:		
Divisas	1 659	—
Cotações	9 433	5 376
Outros	23	—
	<u>27 768</u>	<u>15 878</u>
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos derivados:		
Futuros	535	268
	<u>28 303</u>	<u>16 146</u>

21 — Recursos de outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Recursos de instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário	6 133	—
Recursos a muito curto prazo	8 000	9 000
Depósitos	92 192	92 911
Empréstimos	97 263	97 406
Operações de venda com acordo de recompra	—	—
Outros recursos	10 847	5 313
Juros a pagar	3 628	2 853
Encargos diferidos	(304)	(1 433)
	<u>217 759</u>	<u>206 050</u>

Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:

Recursos a muito curto prazo	—	4 000
Depósitos	67 662	44 018
Empréstimos	358 006	337 191
Operações de venda com acordo de recompra	—	—
Outros recursos	955	506
Juros a pagar	2 269	1 716
Encargos diferidos	—	—
	<u>428 892</u>	<u>387 431</u>

Correcções de valor de passivos objecto de cobertura

de cobertura	—	—
	<u>646 651</u>	<u>593 481</u>

22 — Recursos de clientes e outros empréstimos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Recursos de clientes		
Depósitos à ordem	1 267 926	1 153 104
Depósitos com pré-aviso	—	—
Depósitos a prazo	2 622 401	2 618 561
Depósitos de poupança	93 755	93 276

	2006	2005 Pró-forma
Depósitos obrigatórios	73	114
Cheques e ordens a pagar	26 454	22 106
Operações de venda com acordo de recompra	—	—
Outros	7 052	6 771
Juros a pagar	26 935	18 756
Encargos diferidos	—	—
	<u>4 044 596</u>	<u>3 912 688</u>
Empréstimos:		
De residentes	—	—
De não residentes	—	—
Juros a pagar	—	—
Encargos diferidos	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>

Outros:

Receitas diferidas	—	—
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(4 771)	—
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido)	—	—
	<u>(4 771)</u>	<u>—</u>
	<u>4 039 825</u>	<u>3 912 688</u>

23 — Responsabilidades representadas por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Certificados de depósito:		
Emissões	11 698	1 567
Recompras	—	—
	<u>11 698</u>	<u>1 567</u>
Obrigações de caixa:		
Emissões	45 771	43 646
Recompras	—	—
	<u>45 771</u>	<u>43 646</u>
Outros:		
Emissões	210 000	10 000
Recompras	—	—
	<u>210 000</u>	<u>10 000</u>
Juros a pagar	1 944	947
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(1 317)	(1 271)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(1 894)	—
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido)	—	—
	<u>(1 267)</u>	<u>(324)</u>
	<u>266 202</u>	<u>54 889</u>

As características das responsabilidades são como se segue:

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percent.)	Montante
Certificados de depósito:				
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-05	Jun-07	100 — CDI	22
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Set-05	Set-07	102 — CDI	83
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Dez-05	Dez-07	100 — CDI	57
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jan-06	Jan-08	101 — CDI	163
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Fev-06	Jan-08	104 — CDI	25
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mar-06	Fev-08	105 — CDI	20
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mar-06	Mar-08	102 — CDI	12
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mar-06	Mar-08	105 — CDI	8
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Abr-06	Mar-08	102 — CDI	8
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100 — CDI	416
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100 — CDI	416
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Abr-06	Mai-07	100 — CDI	78
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	104 — CDI	194
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105 — CDI	39
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105 — CDI	37
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107 — CDI	19
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107 — CDI	19
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Mai-08	107 — CDI	19
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Jun-08	105 — CDI	8
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	104 — CDI	134
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Jun-08	100 — CDI	10
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107 — CDI	117
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107 — CDI	117
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110 — CDI	4
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110 — CDI	4
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jul-06	Jun-08	100 — CDI	4
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jul-06	Jun-09	100 — CDI	7
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jul-06	Jun-08	107 — CDI	190
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Jul-06	Jul-08	100 — CDI	376
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Ago-06	Jul-08	100 — CDI	5
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Ago-06	Jul-08	100 — CDI	75
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Ago-06	Ago-08	105 — CDI	22
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Set-06	Ago-08	100 — CDI	185
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Set-06	Ago-08	104 — CDI	18
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Set-06	Set-08	110 — CDI	37
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Set-06	Set-08	100 — CDI	816
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Out-06	Set-08	104 — CDI	5
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Out-06	Set-08	110 — CDI	18
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Out-06	Out-08	100 — CDI	810
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Out-06	Out-08	100 — CDI	91
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100 — CDI	5 875
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100 — CDI	848
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	103 — CDI	25
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	104 — CDI	29
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	100 — CDI	89
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	100 — CDI	144
				<u>11 698</u>
Obrigações:				
BPN SFE — 50 M	Jun-03	Jun-13	5,28	1 662
Obrigações BPN 100%	Jun-04	Jun-07	(a)	20 000
BPN SFE — 75 M	Jun-05	Jun-13	5,74	18 378
GPSaúde — Papel comercial — 2.ª emissão	—	—	—	5 731
BPN Cayman, Ltd. — 200M FRN	Set-06	Set-09	4,06	200 000
				<u>245 771</u>
Outros:				
CNE — Papel comercial — 4.ª emissão	Jan-05	Jan-10	Euribor 12m + 1,25	5 000
CNE — Papel comercial — 5.ª emissão	Fev-05	Fev-10	Euribor 12m + 1,25	2 500
CNE — Papel comercial — 6.ª emissão	Out-05	Out-10	Euribor 12m + 1,25	2 500
				<u>10 000</u>
Juros a pagar				1 944
Responsabilidades repres. por títulos sem carácter subordinado				(1 317)
Correcções de valor de passivos objecto de oper. de cobertura				(1 894)
				<u>(1 267)</u>
				<u>266 202</u>

(a) A Remuneração varia entre 0% e 25% do valor nominal e é igual a 100% da média aritmética da variação dos índices constantes no cabaz. A variação de cada índice define-se como a variação percentual verificada no valor do índice entre 21 de Junho de 2004 e 21 de Junho de 2007, com o máximo de 25% de acordo com a seguinte fórmula: Mín 25% (Nível de Referência Final — Nível de Referência Inicial)/Nível de Referência Inicial.

24 — Passivos financeiros associados a activos transferidos:

O BPN, S. A. lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO n.º 1. As principais características da operação, são resumidas no quadro seguinte:

Denominação	Montante (milhares de euros)	Data de emissão	Vida média estimada	Garantia	Spread (percent.)
Chaves SME CLO No. 1	601 210	20-12-2006	5,73	Créditos a PMEs	0,20
Montante liquidado	(35 931)				
	565 279				

Aquando do cálculo do montante do crédito titularizado e a concretização efectiva da operação, ocorreram liquidações totalizando um montante de 35 931 milhares de euros, pagamento este ainda efectuado em Dezembro de 2006.

25 — Provisões e imparidades:

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o exercício de 2006 foi o seguinte:

	(Em milhares de euros)						
	Saldo em 2005	IAS 32 e IAS 39	Aumentos	Reposições/ reversões	Utili- zações	Transfe- rências/outros aumentos	Saldo em 2006
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:							
Instrumentos de dívida	—	—	231	(135)	(96)	—	—
Instrumentos de capital	1	—	—	—	—	—	1
Outros títulos	1 187	—	125	(474)	(838)	—	—
Créditos e outros valores a receber	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em aplicações em instituições de crédito	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em crédito a clientes	130 176	(1 416)	54 917	(18 094)	(28 896)	555	137 242
Imparidade em associadas e empreendimentos conjuntos	1 478	—	1	—	—	—	1 479
Imparidades em activos com acordo de recompra	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em outros detidos até à maturidade	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em activos não financeiros	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em outros activos	15 379	—	4 141	(2 379)	(437)	1 683	18 387
Imparidades por seguro directo e resseguro	1 981	—	2 658	—	(8)	—	4 631
Imparidades e provisões para garantias e com- promissos assumidos	48	—	45	(44)	—	—	49
Outras provisões	649	—	2 660	(26)	(501)	(634)	2 148
	150 899	(1 416)	64 778	(21 152)	(30 777)	1 604	163 937

26 — Outros passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Empréstimos subordinados:		
Titulados:		
Emissões	250 000	200 000
Recompras	—	—
	250 000	200 000
Outros passivos subordinados:		
Emissões	—	—
Recompras	—	—
	—	—
Juros a pagar	306	367
Receitas diferidas	—	—
Encargos diferidos	—	—
	306	367
	250 306	200 367

As características dos passivos subordinados são como se segue:

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante
Empréstimos subordinados:				
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	Maio 2003	Maio 2013	(a)	25 000
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(a)	50 000
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(a)	25 000
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	Dezembro 2005	Dezembro 2015	(b)	50 000
SLN Rendimento Mais 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2009	(c)	50 000
SLN Rendimento Mais 2006	Dezembro 2006	Dezembro 2016	(d)	50 000
				<u>250 000</u>
Periodificações, custos e proveitos diferidos				<u>306</u>
				<u>250 306</u>

(a) A taxa de juro do 1.º cupão foi de 4,75%, sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(b) A taxa de juro do 1.º cupão foi de 4% sendo que: a) nos cupões que se vencem de 22 de Dezembro de 2006 a 22 de Dezembro de 2010 corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15%; b) e nos restantes cupões corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

(c) A taxa de juro é de 4,5% até ao cupão de Outubro de 2009, sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,75%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por sorteio entre as obrigações ainda não amortizadas, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(d) A taxa de juro é de 4,5% até ao cupão de Novembro de 2006. Nos cupões que se vencem entre Maio de 2007 e Maio de 2011 inclusivé, a taxa de juro aplicável corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15%.

Nos restantes cupões, a taxa de juro aplicável corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,50%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por sorteio entre as obrigações ainda não amortizadas, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

27 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma	2006	2005 Pró-forma
Encargos a pagar:				
Credores por seguro directo e resseguro	339 306	309 080	Juros a pagar	1 458
Credores e outros recursos:			Outros encargos a pagar	48 234
Operações de venda com acordo de re-compra	—	—		<u>49 692</u>
Credores por operações sobre futuros e opções	191	638	Receitas com rendimento diferido:	
Recursos diversos	166 455	86 071	De rendas de locação operacional	4 273
Sector público administrativo	13 451	12 341	De outras rendas	1
Cobranças por conta de terceiros	119	208	De garantias prestadas e outros passivos eventuais	758
Dividendos a pagar	—	—	De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	—
Contribuições para outros sistemas de saúde	239	224	Outras	12 264
Credores diversos	190 907	143 974		<u>17 296</u>
	<u>371 362</u>	<u>243 456</u>		<u>17 586</u>
Despesas com encargo diferido:				
Credores e outros recursos	—	—	Outras contas de regularização:	
Outras operações passivas	58	—	Posição cambial	924
	<u>58</u>	—	Operações cambiais a liquidar	12 145
Fundo de pensões:				
Contribuições para o fundo de pensões	—	178	Operações sobre valores mobiliários a regularizar	1 150
Desvios actuariais	—	12 112	Outras operações a regularizar	286 676
Outros elementos	—	—		<u>300 895</u>
	—	12 290		<u>1 078 609</u>
				<u>651 544</u>

28 — Capital próprio:

Os movimentos nas rubricas de capital próprio tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)								
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Acções próprias	Reservas de reavaliação	Diferenças de conversão cambial	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (PCSB)	470 925	151 104	-	-	-	-	(18 642)	44 952	3 610
Impacto da adopção das IAS/IFRS	-	-	-	(21 551)	-	1 724	(45 823)	(5 700)	26 543
Outros	-	-	-	-	-	-	(29 090)	4 807	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	470 925	151 104	-	(21 551)	-	1 724	(93 555)	44 059	30 153
Aplicação resultado	-	-	-	-	-	-	44 059	(44 059)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	75 594	250
Outros	-	-	-	3 563	(221)	(59)	(36 753)	-	1 479
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	470 925	151 104	-	(17 988)	(221)	1 665	(86 249)	75 594	31 882

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da SLN, SGPS encontra-se representado por 470 925 milhões de acções, com um valor nominal de um euro cada, as quais se encontravam totalmente subscritas e realizadas.

As acções próprias apresentaram a seguinte evolução no exercício:

	2006		2005	
	Número de acções	Valor	Número de acções	Valor
Saldo inicial	8 231 632	21 551	7 877 745	21 400
Aquisições	-	-	4 000 000	11 260
Aumento de capital	-	-	393 887	-
Alienações	1 360 833	3 563	4 040 000	11 109
Saldo final	6 870 799	17 988	8 231 632	21 551

Os accionistas com mais de 2% do capital são:

	Percentagem	
	2006	2005
SLN Valor, SGPS, S. A.	31,4	30,9
José de Oliveira Costa	3,9	3,9
Almiro Jesus Silva	3,2	3,2
Voilpart, SGPS, S. A.	3,1	3,1
Silvaplus — Investimentos, SGPS, S. A.	2,0	2,0

29 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales	396 453	389 943
Aceites e endossos	-	-
Transacções com recurso	-	-
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	2 993	4 439
Créditos documentários abertos	29 569	25 074
Fianças e indemnizações (contra-garantias)	-	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
	<u>429 015</u>	<u>419 456</u>
Activos dados em garantia	<u>32 246</u>	<u>32 246</u>
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis:		
Opções sobre activos	9 400	9 400
Operações a prazo	-	-
Contratos a prazo de depósitos	5 695	-
Linhas de crédito irrevogáveis	178 839	160 482
Subscrição de títulos	-	-
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas	-	2 885
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	3 771	3 647
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização ao investidor	133	186
Outros compromissos irrevogáveis ...	-	-
Compromissos revogáveis	<u>999 717</u>	<u>706 420</u>
	<u>1 197 555</u>	<u>883 020</u>
Responsabilidades por prest. de serviços:		
De depósito e guarda de valores	8 209 633	5 606 386
De cobrança de valores	76 518	82 518
Valores administrados pela instituição ...	2 772 456	2 741 533

(Em milhares de euros)

	2006	2005 Pró-forma
Fundos consignados	—	—
Outras	—	—
	<u>11 058 607</u>	<u>8 430 437</u>
	<u>12 717 423</u>	<u>9 765 159</u>

Em 31 de Dezembro o saldo da rubrica de activos dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal, no âmbito do Crédito intra diário, no montante de 28 449 milhares de euros;

Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), no âmbito do sistema de indemnização aos investidores, no montante de 26 milhares de euros;

Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 3771 milhares de euros.

30 — Margem financeira:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades	4 731	3 802
Juros de aplicações em instituições de crédito	22 057	14 235
Juros de crédito a clientes	270 107	222 731
Juros de crédito vencido	3 184	3 538
Juros de outros activos financeiros	17 395	28 359
Comissões recebidas ao custo amortizado	12 151	12 918
	<u>329 625</u>	<u>285 583</u>

Juros e encargos similares:

Juros de recursos:

De bancos centrais	746	17
De outras instituições de crédito	31 753	22 781
Depósitos de clientes	114 922	92 413
Outros recursos de clientes	58	51

Juros de responsabilidades representadas por títulos

Juros de passivos financeiros	3 765	1 937
Juros de derivados	3 669	2 946
Juros de passivos subordinados	—	3
Juros de passivos subordinados	10 466	6 533
Outros juros e encargos	4 373	440
Comissões pagas ao custo amortizado	2 859	2 164
	<u>172 611</u>	<u>129 285</u>
	<u>157 014</u>	<u>156 298</u>

31 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Activos financeiros disponíveis para venda	629	428
Outros instrumentos de capital	96	120
	<u>725</u>	<u>548</u>

32 — Resultados de serviços e comissões:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Serviços e comissões recebidas:		
Por garantias prestadas	6 287	6 228
Por compromissos assumidos perante terceiros	191	160
Por operações sobre instrumentos financeiros	—	—
Por serviços prestados	35 322	37 156
Por operações realizadas por conta de terceiros	9 536	8 797
Outras comissões recebidas	21 831	10 457
	<u>73 167</u>	<u>62 798</u>
Serviços e comissões pagas:		
Por garantias recebidas	31	15
Por compromissos assumidos por terceiros	—	—
Por operações sobre instrumentos financeiros	—	—
Por serviços bancários prestados por terceiros	22 126	18 441
Por operações realizadas por terceiros	1 079	1 355
Outras comissões pagas	9 381	11 004
	<u>32 617</u>	<u>30 815</u>
	<u>40 550</u>	<u>31 983</u>

33 — Resultados em operações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Ganhos e perdas em operações ao justo valor:		
Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação	21 222	14 757
Ganhos e perdas em outros activos financeiros	2 204	2 625
Ganhos e perdas em activos com acordo de recompra	—	—
Ganhos e perdas em derivados de cobertura	(251)	(297)
Ganhos e perdas em passivos financeiros	—	—
Valores objecto de operações de cobertura	(126)	—
	<u>23 049</u>	<u>17 085</u>
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	499	1 671
Instrumentos de capital	(2)	482
Outros títulos	2 468	(15)
Créditos e outros valores a receber	—	—
	<u>2 965</u>	<u>2 138</u>
Resultados de reavaliação cambial:		
Ganhos em diferenças cambiais	15 732	17 671
Perdas em diferenças cambiais	(12 875)	(15 938)
	<u>2 857</u>	<u>1 733</u>

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Resultados de alienação de outros activos:		
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes	2 328	644
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade	—	—
Outros ganhos e perdas em operações financeiras	—	—
Ganhos e perdas em investimentos em filiais	15 840	1 450
	<u>18 168</u>	<u>2 094</u>
	<u>47 039</u>	<u>23 050</u>
34 — Resultado líquido de resseguro:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Prémios líquidos de resseguro	117 530	117 285
Custos com sinistros líquidos de resseguro (83 959)	(83 959)	(87 861)
Variações das provisões técnicas líquidas de resseguro	(6 118)	(4 003)
	<u>27 453</u>	<u>25 421</u>
35 — Outros resultados de exploração:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Rendimentos e receitas operacionais:		
Ganhos em derivados de cobertura	16 647	27 979
Rendas	3 008	3 943
Ganhos em activos não financeiros	9 261	1 614
Outros ganhos e rendimentos operacionais	399 059	270 559
	<u>427 975</u>	<u>304 095</u>
Encargos e gastos operacionais:		
Perdas em derivados de cobertura	3 310	9 666
Rendas	9	—
Quotizações e donativos	380	356
Contribuições para o FGD	711	599
Perdas em activos não financeiros	992	1 348
Outros encargos e gastos operacionais	223 306	159 579
	<u>228 708</u>	<u>171 548</u>
Outros impostos:		
Impostos indirectos	5 303	4 392
Impostos directos	849	328
	<u>6 152</u>	<u>4 720</u>
	<u>193 115</u>	<u>127 827</u>
36 — Custos com pessoal:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	7 864	7 289

	2006	2005 Pró-forma
Remuneração de empregados	111 848	91 316
Encargos sociais obrigatórios	30 044	25 753
Outros custos com pessoal	7 338	11 139
	<u>157 094</u>	<u>135 497</u>
37 — Gastos gerais administrativos:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Água, energia e combustíveis	8 086	5 738
Material de consumo corrente	1 912	1 448
Publicações	243	214
Material de higiene e limpeza	1 738	2 315
Outros fornecimentos de terceiros	2 726	1 140
Rendas e alugueres	21 907	20 117
Comunicações	16 827	11 511
Deslocações, estadas e representação	7 496	5 751
Publicidade e edição de publicações	12 102	9 256
Conservação e reparação	5 425	4 295
Transportes	4 377	4 131
Formação de pessoal	309	129
Seguros	2 344	2 162
Serviços especializados e outros serviços de terceiros	59 549	51 113
	<u>145 041</u>	<u>119 320</u>
38 — Provisões:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Provisões para contingências fiscais:		
Dotações	178	236
Reversões	—	—
	<u>178</u>	<u>236</u>
Provisões para encargos com benefícios aos empregados:		
Dotações	11	11
Reversões	—	—
	<u>11</u>	<u>11</u>
Provisões para garantias e compromissos assumidos:		
Dotações	—	—
Reversões	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Outras provisões:		
Dotações	7 122	10 041
Reversões	(874)	(5 062)
	<u>6 248</u>	<u>4 979</u>
	<u>6 437</u>	<u>5 226</u>

39 — Imparidade do crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Crédito a clientes:		
Dotações	55 377	47 444
Reversões	(22 752)	(18 768)
	<u>32 625</u>	<u>28 676</u>

40 — Imparidade de outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Outros activos financeiros:		
Dotações	241	235
Reversões	(1 189)	(545)
	<u>(948)</u>	<u>(310)</u>
Outros activos:		
Dotações	2 074	905
Reversões	(1 614)	(1 697)
	<u>460</u>	<u>(792)</u>
	<u>(488)</u>	<u>(1 102)</u>

41 — Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Denominação	2006	2005
Avipronto	557	681
AVS — Corretores de Seguros	(9)	(9)
BPN Créditos Brasil	—	(251)
BPN Participações Financeiras	32	—
BPN, S. A.	1 458	707
Real Vida Seguros	—	8
BPN SGPS	(2)	—
Centro de Imagiologia Médica	—	(4)
Coimbra Car	—	(8)
Datacomp — Sistemas Informáticos	—	—
Dywidag	6	(77)
Banco Efisa	4 208	2 909
Emmedi	32	7
FIQ — Fundo Investimento Qualificado — Banco EFISA	(394)	1 151
Grupo Português de Saúde SGPS	(1 415)	(1 369)
I2S	—	—
I2S NET	—	—
BPN Crédito IFIC	(1)	55
BPN Imoglobal	(74)	2 261
Imo real	2 605	3 368
IMRM	—	(63)
Limpeque	—	—
Hospital Britânico (LUKH)	(349)	(256)
Marina Part, SGPS	11	(200)
Marina da Barra, S. A.	—	—
Motorconta, L.ª	—	—
Motorgest, S. A., SGPS	—	—
Motorsintra, S. A.	(10)	—
Partinvest, SGPS	(160)	(160)
Partinvest Imobiliária	(84)	(6)
Pléiade	(306)	(294)
Primelab	(6)	—
Sociedade Agr. Comerc. Varosa	450	783
Seac Banche	—	—

Denominação	2006	2005
SIRESP	(800)	—
SLN Multiauto, SGPS, S. A.	(469)	(264)
SLN Investimentos	(151)	(151)
SLN Novas Tecnologias	(480)	(694)
Soc. Lusa de Negócios SGPS, S. A.	1 850	1 771
SMN — Serviços Médicos Nocturnos, S. A. (UNIMED)	(68)	(6)
Socenta	105	(53)
Turiscaramulo-Emp. Turisc.	—	(2)
Vantec	34	(85)
	<u>6 570</u>	<u>9 749</u>

42 — Impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Imposto corrente:		
Do exercício	30 751	17 973
Correcção de exercícios anteriores	18	—
	<u>30 769</u>	<u>17 973</u>
Imposto diferido:		
Diferenças temporárias	(6 192)	(1 782)
Alteração da taxa de imposto	—	—
Por prejuízos fiscais reportáveis	(1 569)	(965)
	<u>(7 761)</u>	<u>(2 747)</u>
	<u>23 008</u>	<u>15 226</u>

43 — Resultado consolidado:

Nos exercícios de 2006 e 2005, o resultado consolidado da SLN foi determinado da seguinte forma:

	2006	2005 Pró-forma
SLN, SGPS	36 722	40 749
Grupo BPN, SGPS	147 407	136 255
SLN Investimentos, SGPS	(1 331)	499
GPSaúde, SGPS	(6 254)	(3 523)
Partinvest, SGPS	1 421	(589)
Pléiade, SGPS	475	711
SLN Multiauto, SGPS	6 096	182
SLN Novas Tecnologias, SGPS	1 554	589
Partinvest Imobiliária, SGPS	(2 147)	(995)
SLN Cabo Verde	623	—
Anulação de dividendos	(116 653)	(134 910)
Outros	(810)	(1 076)
	<u>67 103</u>	<u>37 893</u>
Aplicação das IFRS/IAS:		
IFRS 3 — Concentração de actividades empresariais	615	279
IAS 12 — Impostos diferidos	449	2 605
IAS 39 — Taxa efectiva	—	(390)
IAS 19 — Benefícios a empregados	344	(4 402)
IAS 27 — Consolidação de SPE	—	38
IAS 28 — Investimentos em associadas	(77)	—
IAS 37 — Provisões	24	—
IAS 38 — Activos intangíveis	(50)	686
IAS 39 — Outros instrum. financeiros	—	(7)
IAS 39 — Imparidade de crédito	2 370	—
Aplicação das IAS — Custos diferidos ...	(1 963)	(2 951)
Ajustamentos de consolidação	6 779	10 308
	<u>75 594</u>	<u>44 059</u>

44 — Justo valor:

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

(Em milhares de euros)

	2006			2005 (pró-forma)		
	Valor de balanço	Ao justo valor	Diferença	Valor de balanço	Ao justo valor	Diferença
Activo:						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352 405	352 405	—	305 884	305 884	—
Disponibilidades em outras instit. de crédito ...	540 571	540 571	—	206 618	206 618	—
Activos financeiros detidos para negociação ...	146 064	146 064	—	75 853	75 853	—
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	331 661	331 661	—	303 396	303 396	—
Activos financeiros disponíveis para venda	318 041	318 041	—	124 487	124 487	—
Aplicações em instituições de crédito	228 556	228 556	—	71 537	71 537	—
Crédito a clientes	4 650 898	4 650 898	—	4 180 834	4 180 834	—
Derivados de cobertura	79	79	—	93	93	—
Investimentos em associadas	191 752	192 550	(798)	187 328	183 583	3 745
	<u>6 760 027</u>	<u>6 760 825</u>	<u>(798)</u>	<u>5 456 030</u>	<u>5 452 285</u>	<u>3 745</u>
Passivo:						
Recursos de bancos centrais	77	77	—	—	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação	27 768	27 768	—	15 878	15 878	—
Recursos de outras instituições de crédito	646 651	646 651	—	593 481	593 481	—
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 039 825	4 039 825	—	3 912 688	3 912 688	—
Responsabilidades representadas por títulos ...	266 202	266 202	—	54 889	54 889	—
Passivos financeiros associados a activos transferidos	565 279	565 279	—	—	—	—
Derivados de cobertura	614	614	—	505	505	—
Outros passivos subordinados	250 306	250 306	—	200 367	200 367	—
	<u>5 796 722</u>	<u>5 796 722</u>	<u>—</u>	<u>4 777 808</u>	<u>4 777 808</u>	<u>—</u>

45 — Passivos contingentes:

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2006.

46 — Acontecimentos após a data do balanço:

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidência um total de 7 693 917 milhares de euros e um total de capital próprio de 626 712 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 75 594 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformi-

dade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

i) Conforme referido na nota n.º 2.2 das notas explicativas, em 2006 o Grupo adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, conforme explicitado na nota n.º 4 das notas explicativas.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

Srs. Accionistas:

No cumprimento do disposto nos estatutos da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., e na legislação vigente, vem o fiscal único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida no Grupo SLN e emitir o seu parecer sobre o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, referentes ao exercício de 2006, que lhe foram apresentados para apreciação pelo conselho de administração.

1 — *Actuação do fiscal único*. — No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os administradores do Grupo, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciamos as actas do conselho de administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e ou as exclusões foram definidas pela SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

2 — *Relatório consolidado de gestão*. — O relatório de gestão, da responsabilidade do conselho de administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2006, bem como as perspectivas para 2007, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo SLN e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

3 — *Documentos de prestação de contas*. — O balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de foram

verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo SLN, em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações do exercício findo nesta data.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados nas Notas explicativas, merecem a nossa concordância e foram alterados face ao exercício anterior, dado que a informação financeira relativa ao exercício de 2006 foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

4 — *Geral*. — Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores do Grupo SLN, bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelos seus conselhos de administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

5 — *Parecer*. — Face ao exposto, o fiscal único é de parecer que a assembleia geral aprove o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, apresentados pelo conselho de administração da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — O Fiscal Único: J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 7 693 917 milhares de euros e um capital próprio de 626 712 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 75 594 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — *Âmbito*. — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequabilidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações

financeiras em 31 de Dezembro de 2006 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 18% do activo líquido consolidado e cerca de 22% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, em cujas certificações legais das contas baseámos a nossa opinião.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em

conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

4 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na nota n.º 2, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — Os Auditores: BDO, bdc & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Aleixo Dias*, revisor oficial de contas. 2611040816